



# DIÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

João Pessoa, 22 de outubro de 2024 \* nº 0640 \* Pág. 001/028



PAÇO MUNICIPAL

### SEINFRA

**Memorando(interno):** Processo Administrativo- 23.797/2024  
**Objeto:** Processo Administrativo de Responsabilização. Contrato 11.092/2023  
**Contratada:** RVV CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

#### DECISÃO

##### I. FATOS

Trata-se de procedimento administrativo no qual foram solicitadas as providências necessárias para apurar o descumprimento do Contrato 11.092/2023, por parte da empresa **RVV CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**

Com a manifestação da fiscalização (fls.01-03), foi autorizada a instauração do feito – (fl.15) e providenciada a notificação para apresentação de defesa (Ofício (externo) 13.312/2024).

Foi apresentada defesa (Tramitação 1 –Ofício externo 13.312/2024) e o servidor responsável pela fiscalização apresentou manifestação final sobre a argumentação desenvolvida (**Despacho 10**).

Após a devida instrução processual, a Assessoria Jurídica/SEINFRA, através do Parecer Jurídico nº 289/24, opinou pela possibilidade da rescisão unilateral e aplicação de penalidades, em razão do inadimplemento contratual.

É o relatório. Decido.

##### II. FUNDAMENTAÇÃO

De início, **percebe-se o atendimento dos requisitos formais**, com a exposição do descumprimento contratual, além da autorização expressa e fundamentada para o prosseguimento do processo (fl.15) e a notificação (Ofício (externo) 13.312/24), garantindo o contraditório e a ampla defesa, conforme arts. 78, parágrafo único, e 87, ambos da Lei 8.666/93.

Assegurado o devido processo legal, passo a análise do possível descumprimento contratual.

Sabe-se que nos certames licitatórios aplicam-se preceitos que regem esse tipo de procedimento administrativo, cabendo aos interessados a apresentação de suas propostas com as cautelas necessárias, tendo em vista as consequências legais decorrentes da legislação.

O presente procedimento visa apurar a conduta da empresa **RVV CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA** com relação a inexecução do Contrato 11.092/2023, que tem como objeto a " **Execução de drenagem e pavimentação em paralelepípedos de 46 ruas em diversos bairros de João Pessoa**".

No expediente inaugural a fiscalização expõe, em síntese, que "Dentre as 46 ruas que constam no contrato, apenas até a presente data foram executadas e entregues 05 (cinco) ruas, de forma que o atraso ao cronograma implicou no envio de 03 (três) notificações durante a execução da obra, tendo sido decorrido um prazo acima de 09 (nove) meses desde o início do contrato. Apesar da execução dos serviços estabelecer dia 17/01/2025 para finalizar os serviços e o contratual estabelecer a data 17/07/2025, afirmamos que as medições elaboradas não foram conforme o que foi estipulado pelo cronograma apresentado pela empresa constante no seu contrato. Até o dia 31/07/2024 foram executados apenas 2,04% do valor contratual."

Em sede de defesa a empresa alega que: "No decorrer da execução contratual, superveniências imprevisíveis por parte desta Contratada resultaram no descumprimento parcial do cronograma originalmente estabelecido. Um dos principais fatores a serem destacados foi a coincidência da fase de execução das obras com o período de quadra chuvosa da região, o que impactou diretamente a realização dos serviços. Conforme demonstram os nossos Relatórios de Desenvolvimento de Obras (RDO's) até 31 de junho de 2024, aproximadamente 55,5% dos dias foram comprometidos por condições meteorológicas adversas, como chuvas e nublarem. Embora tais condições não impossibilitem por completo a execução das atividades, elas afetam significativamente o ritmo das operações, resultando em uma redução de produtividade que, consequentemente, inviabilizou o cumprimento do prazo estipulado inicialmente. Esses fatores climáticos, alheios à vontade desta Contratada, impuseram obstáculos que retardaram a conclusão das atividades, tornando necessário um ajuste nos prazos acordados. Diante disso, solicitamos a consideração desta Administração quanto às causas que motivaram o atraso e reafirmamos nosso compromisso com a entrega da obra em conformidade com as exigências contratuais, dentro das melhores condições possíveis. Outro fator relevante que impactou a execução do contrato diz respeito à escassez de mão de obra e materiais essenciais. Deve-se levar em consideração que as obras de engenharia no estado da Paraíba, em especial na cidade de João Pessoa, estão sendo realizadas de forma simultânea, no qual o programa de pavimentação de 50 bairros na cidade tem gerado uma redução significativa na disponibilidade de trabalhadores e insumos, tais como paralelepípedos e agregados (areia e brita). A demanda crescente no setor de construção civil, amplamente noticiada, tem criado um cenário de escassez, dificultando o fornecimento regular desses materiais."

Após análise dos argumentos apresentados na defesa e da situação atual do contrato, a fiscalização expôs que: "Reportando a resposta da R V V sobre o relatório apresentado por esta fiscalização e consoante entendimentos mantidos com esta Coordenação (SEINFRA), temos a informar que: Concordamos em parte que os fatores climáticos impuseram obstáculos que retardam a conclusão das atividades contudo os demais argumentos que somaram ao atraso considerável da obra não apresentam razões ou provas robustas. A empresa também não apresentou no seu relatório um novo cronograma físico financeiro no sentido de recuperar tal atraso da obra em execução, concluímos, portanto, neste caso que não ocorreu planejamento adequado do contrato e gestão eficiente do tempo para minimizar os riscos de atraso e suas repercussões."

Assim, tem-se como latente o descumprimento contratual, o que, por via de consequência, **impõe a aplicação das sanções, uma vez que a conduta da empresa se amolda nos arts. 78, I, II, III e VII c/c 79, inc. I, c/c 87, todos da Lei 8.666/93 e Cláusulas 17.2 e 17.3 ª do Contrato.**

Art.78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- (...)
- VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior; (...)
- § 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- § 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

- § 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- § 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Considerando a **inexecução contratual e o arremate do Parecer nº 289/24**, conclui-se aplicação da penalidade **de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do atraso no cronograma físico-financeiro** nos termos dos arts. 78, I, II, III e VII c/c 79, inc. I, c/c 87, todos da Lei 8.666/93 e Cláusulas 17.2 e 17.3 ª do Contrato, com amparo nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

##### III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, frente aos dispositivos legais destacados, **DECIDO** pela aplicação da sanção de **MULTA** de 10% (dez por cento) sobre o montante atrasado, nos termos dos arts. 78, I, II, III e VII c/c 79, inc. I, c/c 87, todos da Lei 8.666/93 e Cláusulas 17.2 e 17.3 ª do Contrato, em face de **RVV CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**.

**PUBLIQUE-SE** a decisão no Diário Oficial do Município.

**INTIME-SE** a **RVV CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, da decisão prolatada, facultando-lhe o direito de apresentar suas razões recursais no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da decisão, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93.

**ENCAMINHE-SE** à Diretoria de Administração e Finanças para elaboração do boleto da multa.

João Pessoa/PB, [data da assinatura digital].

**Rubens Falcão da Silva Neto**  
**Secretário Municipal de Infraestrutura**





VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 315A-EB3C-674C-0B59

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RUBENS FALCAO DA SILVA NETO (CPF 338.XXX.XXX-87) em 04/10/2024 10:08:41 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/315A-EB3C-674C-0B59>

SEMAM

**NOTIFICAÇÃO POR EDITAL DE DECISÃO DE 1ª INSTÂNCIA -  
AUTO DE INFRAÇÃO**

A Secretaria de Meio Ambiente do Município, consoante no inciso III do caput e § único, ambos do artigo 176 do Código Municipal de Meio Ambiente, Lei Complementar nº 29 de agosto de 2002, considerando o insucesso nas tentativas de promover a ciência pelas vias ordinárias, TORNA PÚBLICO QUE considerar-se-á ciente da decisão de 1ª instância do auto de infração, para apresentar recurso administrativo no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da publicação do presente Edital ou realizar o devido pagamento da multa.

PROCESSO 1Doc nº	Nº DO AUTO	NOME	ENDEREÇO	SITUAÇÃO
Memorando (interno) nº 3.045/2023	2022/002953	WELISON MAURICIO DE LUCENA	RUA HERACLITO DE ALMEIDA, 201 - - - JOÃO PESSOA PB	ATIVO

**WELISON ARAÚJO SILVEIRA**  
Secretário de Meio Ambiente

Assinado por 1 pessoa: WELISON ARAUJO SILVEIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/68FF-388A-505E-19A3> e informe o código 68FF-388A-505E-19A3.



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 68FF-388A-505E-19A3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ WELISON ARAUJO SILVEIRA (CPF 008.XXX.XXX-75) em 21/10/2024 23:11:50 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/68FF-388A-505E-19A3>

SEM HAB

PORTARIA Nº 02 /2024 - GS/SEM HAB

A Secretária Municipal de Habitação Social, do Município de João Pessoa, no uso das atribuições legais que lhe confere o Inciso XII, do Artigo 13, Seção I, Capítulo VI, da Lei nº 10.719, de 24 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor **Rafael de Albuquerque Miranda**, Engenheiro Civil, matrícula nº 100.980-6, inscrito no CREA/PB sob o nº 161316176-0, para exercer a gestão da contratação de obra civil pública de **Construção dos Blocos Habitacionais Para o Residencial Dubai e do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) localizados na Rua Ver. José Paulo Neto, Gramame, João Pessoa, Paraíba, Contrato Administrativo nº 34001/2024.**

Parágrafo Único – O profissional designado nesta Portaria, responderá pelo acompanhamento, vigência, boa qualidade dos serviços a serem executados, bem como, pelo acompanhamento do cronograma físico da obra, exercendo total controle da execução do contrato, anotando em registro próprio, as ocorrências relacionadas à execução, mantendo diário de obra, com acompanhamento fotográfico, relatando qualquer fato imprevisto e cumprindo as obrigações previstas no edital e seus anexos.

Art. 2º - O não cumprimento das disposições constantes desta Portaria ensejará na aplicação das sanções previstas na Lei Municipal nº 2.380, de 23 de março de 1979 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de João Pessoa), sem prejuízo de outras previstas em legislação aplicável.

Art. 3º - O exercício das atividades atribuídas por esta Portaria, não acarretará em ônus para o Município.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

João Pessoa, 18 de outubro de 2024.

**MARIA DO SOCORRO GADELHA CAMPOS DE LIRA**  
Secretária Municipal de Habitação Social

Assinado por 1 pessoa: MARIA DO SOCORRO GADELHA CAMPOS DE LIRA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/6E72-E1A4-3BEB-0F6C> e informe o código 6E72-E1A4-3BEB-0F6C.



Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de João Pessoa

Prefeito: **Cícero de Lucena Filho**  
Vice-Prefeito: **Leopoldo Araújo Bezerra Cavalcanti**  
Sec. de Gestão Governamental: **Aldrovando Grisi Júnior**  
Secretaria de Administração: **Ariosvaldo de Andrade Alves**  
Secretaria de Saúde: **Luis Ferreira de Sousa Filho**  
Secretaria de Educação: **Maria América Assis de Castro**  
Secretaria de Planejamento: **Ayrton Lins Falcão Filho**  
Secretaria da Finanças: **Brunno Sítio Fialho de Oliveira**  
Secretaria de Desenv. Social: **Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia**  
Secretaria de Habitação: **Maria Socorro Gadelha**  
Secretaria de Comunicação: **Janildo Jerônimo da Silva**  
Controlad. Geral do Município:  
Secretaria de Direitos Humanos: **Maria Benicleide Silva Silvestre**  
Procuradoria Geral do Município: **Daniilo de Sousa Mota**  
Sec. de Proteção e Defesa do Consumidor: **Rougger Xavier G. Júnior**


Secretaria da Receita: **Sebastião Feitosa Alves**  
Secretaria da Infra Estrutura: **Rubens Falcão da Silva Neto**  
Sec. de Desenvolvimento Econômico do Trabalho: **Vaulene de Lima Rodrigues**  
Sec. Juventude, Esporte e Recreação: **Kaio Márcio Ferreira Costa**  
Secretaria de Turismo: **Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes**  
Secretaria de Políticas Públicas das Mulheres: **Ivone de Porfírio Martins**  
Sec. de Desenvolvimento Urbano: **Rodrigo Fagundes de Figueiredo Trigueiro**  
Sec. da Ciência e Tecnologia: **Guido Lemos de Souza Filho**  
Secretaria de Meio Ambiente: **Welison Araújo Silveira**  
Sec. de Segurança Urbana e Cidadania: **Luiz Eduardo Menezes Soares**  
Secretaria da Defesa Civil: **Jailton Gomes Bezerra**  
Suprerint. de Mobilidade Urbana: **Expedito Leite Silva Filho**  
Autarqu. Esp. Munic. de Limp. Urbana: **Ricardo José Veloso**  
Instituto de Previdência do Munic.: **Caroline Ferreira Agra**  
Fundação Cultural de João Pessoa: **Antônio Marcus Alves de Souza**

DIÁRIO  
OFICIAL


Agente de Registros e Publicações - **Orleide Maria de O. Leão**  
Designer Gráfico - **Emilson Diniz e Fábio Evangelista**

Unidade de Atos Oficiais - Secretaria de Gestão Governamental  
Praça Pedro Américo, 70 - Cep: 58.010-340  
Pabx: 83 3213.5277  
[diariomjp@gmail.com](mailto:diariomjp@gmail.com)

Órgão Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa  
Criado pela Lei Municipal nº 14.457, de 22 de março de 2022  
Centro Administrativo Municipal  
Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - Cep: 58.053-900  
Fone: 3128.9038 - e-mail: [sead@joaopessoa.pb.gov.br](mailto:sead@joaopessoa.pb.gov.br)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6E72-E1A4-3BEB-0F6C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARIA DO SOCORRO GADELHA CAMPOS DE LIRA (CPF 251.XXX.XXX-68) em 21/10/2024 09:43:43 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/6E72-E1A4-3BEB-0F6C>

SEDEC

EDITAL  
CHAMADA PÚBLICA Nº 10.001/2024  
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A Prefeitura Municipal João Pessoa, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Diógenes Chianca, Água Fria, nº 1777, inscrita no CNPJ sob nº 08.778.326/0001-56, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, representada neste ato pela Secretária Maria Amélia Assis de Castro no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE, vem realizar o edital de Chamada Pública para a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período de 2024. Os interessados (Grupos Formais, informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda conforme cronograma descrito abaixo, das 08h às 14h, na Sala da Comissão de Licitação, situada no endereço acima mencionado.

DO CRONOGRAMA DA CHAMADA PÚBLICA

22/10/2024	Lançamento do Edital de Chamada Pública para Agricultura Familiar
22/10 à 12/11/2024	Entrega dos envelopes 01 (habilitação) 02 (projeto de venda)
13/11/2024 às 10h	Abertura da sessão pública explanação.
14/11 à 18/11/2024	Fase de Análise Documental
19/11/2024 às 17h	Divulgação da Ata da Análise Documental (transparencia.joapessoa.pb.gov.br)
19/11 à 21/11/2024	Prazo para saneamento de documentos
22/11/2024 às 17h	Divulgação da Ata final após a Análise dos Documentos/Saneados
25 e 26/11/2024	Envio de Amostras
27/11 à 03/12/2024	Convocação para assinatura do Contrato

1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente Edital de Chamada Pública para a Aquisição de Gêneros Alimentícios provenientes da Agricultura Familiar para atendimento da Alimentação Escolar destinada aos alunos das Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil CMEIs da rede municipal de ensino sob o âmbito do FNDE/PNAE para todo ano letivo com entrega de acordo com cronograma fornecido pela Secretaria de Educação e Cultura através da Divisão de Alimentação Escolar, para atender as necessidades nutricionais dos cardápios oferecidos com base na Lei 11.947/2009 e Resolução nº 06 de 08 de maio de 2020 e Resolução nº 20 de 02 de dezembro de 2020 ambas do FNDE.

Os Grupos Formais / Informais e Fornecedor Individual deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda: Local: Sala da Comissão de Licitação da Secretaria de Educação e Cultura, situada na Rua Diógenes Chianca, Água Fria, nº 1777. Centro Administrativo Municipal – CAM.

2. FONTE DE RECURSO E DOTACÕES ORÇAMENTÁRIAS

2.1. As despesas decorrentes dos contratos oriundos deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
10.101.12.306.5417.102514	3.3.90.32 / 552	FNDE/PNAE – Ensino Fundamental I e II
10.101.12.306.5417.102515	3.3.90.32 / 552	FNDE/PNAE – PNAC-Creche
10.101.12.306.5417.102516	3.3.90.32 / 552	FNDE/PNAE – Pré-Escola
10.101.12.306.5417.102517	3.3.90.32 / 552	FNDE/PNAE – EJA
10.101.12.306.5417.102518	3.3.90.32 / 552	FNDE/PNAE – AEE
10.101.12.306.5417.102519	3.3.90.32 / 552	FNDE/PNAE – QUILOMBOLA
10.101.12.366.5417.102684	3.3.90.30 / 569	FNDE-PEJA

3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Para a habilitação, os fornecedores da agricultura familiar interessados, deverão apresentar os documentos a seguir apontados, em envelope indestrutível, separado e distinto das propostas, contendo na parte externa, além da razão social e endereço da proponente os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
CHAMADA PÚBLICA Nº 10.001/2024  
RAZÃO SOCIAL DO GRUPO FORMAL OU INFORMAL

Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Art. 36 da Resolução FNDE nº 06/2020.

3.1.1. ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (detentores de DAP Física, não organizado em grupo).

3.1.1.1. O fornecedor individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- b) o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
- d) a prova de atendimento de requisitos higiênicos-sanitários previstos em normativas específicas;
- e) a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;

3.1.2. ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL (detentores de DAP Jurídica)

3.1.2.1. O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 1 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- d) as cópias do estatuto (Aceitar doc. Autenticação Eletrônica pela Junta Comercial) e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;
- f) a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados, relacionados no projeto de venda;
- g) a declaração do seu representante legal assumindo a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados, conforme determina o artigo 36, § 3º, inciso VII da Resolução CD nº 06/2020.

h) a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas.

**3.1.3. ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL (detentores de DAP Física, organizados em grupo):**

3.1.3.1. O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- b) o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- d) a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;
- e) a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada ao projeto de venda.

**Obs.: Na ausência ou desconformidade de qualquer documento necessário à habilitação, fica facultado à Entidade Executora a abertura de prazo para a regularização da documentação, de até 03 (três) dias úteis.**

3.2. Além da documentação descrita no item 3, acima, será ainda exigida na habilitação:

3.2.1. Para produtos com registro obrigatório (processados e de origem animal), os agricultores familiares, empreendedores rurais familiares e suas organizações deverão apresentar as devidas certificações e registros, na conformidade com a legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA do Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos termos do Art. 40 da resolução CD/FNDE nº 06/2020.

3.2.2. Para produtos de origem animal e processados tais como carnes, aves, bebidas lácteas, polpas de frutas deverá ser apresentado, obrigatoriamente, o certificado de Inspeção Federal (SIF), ou Estadual ou Declaração expedida pela Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Estado da Paraíba, comprovando o registro naquela Secretaria, no Serviço de Inspeção de Origem Animal – SEDAP/PB, ou ainda a Certificação de Inspeção Municipal (SIM) com o atesto que a empresa está registrada e evidenciando o número do registro.

**3.3. Forma de Apresentação**

3.3.1. Os documentos de habilitação relacionados acima deverão estar válidos e em vigor na data da

sessão de abertura de envelopes e julgamento, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas pela Comissão de Licitação (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

3.3.2. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

3.3.3. O fornecedor da agricultura familiar que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

3.3.4. Será admitido no máximo 01 (um) representante para cada fornecedor da agricultura familiar e com credencial específica, apresentada separadamente do envelope nº 01, por ocasião da abertura deste. A credencial não é obrigatória, mas somente poderá se manifestar durante as reuniões do certame, o representante devidamente credenciado.

**3.4. A Comissão Especial de Avaliação de Análise da documentação de habilitação fixa o prazo para análise de 10 (dez) dias úteis.**

3.5. Para habilitação como credenciado, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação, nos termos do disposto nos art. 62 ao art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída por registro no SICAF.

3.6. As hipóteses de descredenciamento são aquelas previstas no Art. 23 do Decreto Federal nº 11.878/2024, bem como as previstas na Lei 14.133/2021.

- I - Pedido formalizado pelo credenciado;
- II - Perda das condições de habilitação do credenciado;
- III - Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
- IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

**4. PROPOSTA DE PREÇOS – PROJETO DE VENDA**

**4.1. PREÇOS**

4.1.1. Deverá ser apresentada Proposta de Preços – Projeto de Venda, assinada e rubricada em todas as suas folhas devendo conter os preços finais dos produtos, incluindo-se todos os custos de fretes,

tributos e outros. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em caso de divergência entre os preços unitários e total prevalecerá o primeiro.

**4.2. VALIDADE DA PROPOSTA**

4.2.1. As propostas deverão ter validade não inferior a 60 dias após a data de abertura.

**4.3. FORMA DE APRESENTAÇÃO**

4.3.1. A Proposta de Preços – Projeto de Venda deverá ser apresentada no formulário constante do ANEXO II deste Edital, devidamente preenchida, carimbada e assinada, pelo representante legal do grupo formal ou informal, ou em 01 (uma) via, datilografada ou impressa, sem emendas e rasuras, fazendo constar o número referente ao presente edital.

4.3.2. A proposta não poderá conter rasuras que afetem a idoneidade da proposta em si.

4.3.3. A proposta deverá ser enviada em envelope indestrutível, contendo na parte externa, além da razão social e endereço da proponente os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS - PROJETO DE VENDA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.**

**CHAMADA PÚBLICA Nº 10.001/2024**

**RAZÃO SOCIAL DO GRUPO FORMAL OU INFORMAL.**

**5. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

5.1. Serão consideradas as propostas classificadas, que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública.

5.2. Na análise das propostas e na aquisição, no caso de existência de mais de um Grupo Formal ou Informal participante do processo de aquisição para a alimentação escolar, deve-se priorizar o fornecedor do âmbito local.

5.2.1. Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade.

5.3. Na aquisição de gêneros alimentícios de que trata esta Chamada Pública, serão priorizados os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

5.4. As propostas serão classificadas considerando-se a ordenação crescente dos valores por item.

**6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

6.1. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

6.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- I - O grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.
- II - O grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País.
- III - O grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país.

6.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) Para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s);

b) No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 4º inciso I, artigo 35 da Resolução nº 06/2020, tem prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados.

c) Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s).

II - Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III - Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://goappessoatp.idoc.com.br/verificacao/ESDE-EP59-164E-130A> e informe o código ESDE-EP59-164E-130A

D

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://goappessoatp.idoc.com.br/verificacao/ESDE-EP59-164E-130A> e informe o código ESDE-EP59-164E-130A

D

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://goappessoatp.idoc.com.br/verificacao/ESDE-EP59-164E-130A> e informe o código ESDE-EP59-164E-130A

D

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://goappessoatp.idoc.com.br/verificacao/ESDE-EP59-164E-130A> e informe o código ESDE-EP59-164E-130A

D

Individuais (detentores de DAP Física), e estes sobre centrais de Cooperativas (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);

- a) No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios/associados/cooperados, conforme DAP Jurídica.
- b) Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6.4. Caso a EEX não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 6.1 e 6.2.

7. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

7.1. As amostras deverão ser entregues no Setor de Licitação (CSL/SEDEC), no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da solicitação da comissão de licitação, para posteriormente serem apresentados para atesto ao Nutricionista Responsável e do Quadro Técnico da Divisão de Alimentação Escolar. Só serão aprovados aqueles gêneros que estiverem de acordo com a descrição e especificação solicitadas.

7.2. As amostras apresentadas não farão parte do quantitativo a ser entregue após a contratação.

8. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

8.1. A entrega dos gêneros alimentícios deverá respeitar o cronograma de execução, de forma parcial conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I deste Edital de Chamada Pública.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

9.4. Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais, notas fiscais, faturas ou recibos com observância estrita às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e suas alterações, inclusive no que se refere ao destaque da alíquota correta nos documentos fiscais,

sob pena de não aceitação por partes dos órgãos e entidades responsáveis pela liquidação e pagamento da despesa de acordo com o §1º, do Art. 4º do DECRETO MUNICIPAL Nº 10.574, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024.

9.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável e DECRETO MUNICIPAL Nº 10.574, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024.

9.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.8. Constatada a situação de irregularidade do CONTRATADO, deve-se providenciar a sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

9.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9.10. Persistindo a irregularidade, como medida de cautela, a Administração poderá suspender a execução do contrato e determinar a limitação de empenho, conforme art. 45 da Lei Federal nº 9.784/99.

9.11. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.12. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual.

9.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada que não possuir regularidade fiscal, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10. DAS SANÇÕES POR INADIMPLENTO

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
- a) Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 7 (sete) dias;
- c) Multa compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da lei 14.133/2021, a Contratada que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

11.1. Referente a Impugnações e Esclarecimentos, atenderão ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal nº 11.878/2024, que dispõe que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de credenciamento por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, conforme descritos abaixo:

- A) A comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou à impugnação no **prazo de 03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido;
- B) Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Compras Públicas-PNCP.
- C) A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da comissão de contratação será motivada nos autos.
- D) As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no Portal da Transparência do município de João Pessoa, Portal Nacional de Compras Públicas-PNCP e no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba/PB no **prazo de 03 (três) dias úteis**.
- E) Após a decisão da administração sobre a habilitação, o interessado poderá, conforme definido em edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- F) O interessado poderá interpor recurso, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, contado da data de publicação da decisão.
- G) O recurso será dirigido à comissão de contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no **prazo de 03 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.
- H) A autoridade superior deverá proferir a sua decisão no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado da data de recebimento dos autos.

12. DOS CASOS OMISSOS

12.1. Nos casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Contratação e equipe de apoio constituída pela Portaria nº 108, publicada no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de João Pessoa na edição do dia 09 de fevereiro de 2024.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Pode a Secretaria de Educação e Cultura revogar a presente Chamada Pública, no todo ou em parte, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente comprovado, ou anulá-la, por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado.

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.idoc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-136A e informe o código ESDE-6F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.idoc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-136A e informe o código ESDE-6F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.idoc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-136A e informe o código ESDE-6F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.idoc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-136A e informe o código ESDE-6F59-164E-136A



13.2. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Secretaria de Educação não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da chamada pública.

13.3. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, em qualquer fase da Chamada Pública. A falsidade de qualquer documento apresentado ou das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.4. É facultada à Comissão ou à autoridade superior da Secretaria de Educação e Cultura, em qualquer fase da chamada pública, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo seletivo.

13.5. As normas que disciplinam esta Chamada serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Secretaria de Educação, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. As decisões referentes a esta chamada pública poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município: <https://www.joapessoa.pb.gov.br/doc-ip/> de João Pessoa, Portal Nacional de Compras Públicas-PNCP e Portal da transparência: <https://transparencia.joapessoa.pb.gov.br/>

13.7. Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o próximo dia útil, no mesmo horário aqui definido, independente de prévia comunicação aos proponentes participantes do processo.

13.8. Após o envio do projeto de venda não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Especial.

• Integram este Edital os seguintes anexos:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS APÊNDICES;
- ANEXO II – MODELO DE PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR;
- ANEXO III – MODELO DE CONTRATO;
- ANEXO IV – MODELO DECLARAÇÃO EMPREGABILIDADE DE MENOR;
- ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- ANEXO VI – MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM AGENTE PÚBLICO.

João Pessoa, datado eletronicamente.

Maria América Assis de Castro  
Secretaria de Educação e Cultura

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a Aquisição de Gêneros Alimentícios provenientes da Agricultura Familiar de acordo com a Chamada Pública, para a Alimentação Escolar, destinada aos alunos das Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, para todo o ano letivo, com entrega de acordo com cronograma fornecido pela Secretaria de Educação e Cultura através da Divisão de Alimentação Escolar, para atender às necessidades nutricionais dos cardápios oferecidos.

2. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A aquisição dos gêneros alimentícios visa cumprir o que determina o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribuindo com o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos. Sendo ofertada de forma adequada e segura com condições de saúde àquelas que necessitem de atenção específica e em vulnerabilidade social, com acesso igualitário, uma alimentação com qualidade e em quantidade suficiente a todos os alunos matriculados na rede de ensino durante todo o período letivo.

2.2. O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/FNDE, Órgão repassador dos recursos financeiros do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, através do Artigo 14 da Lei nº 11.947, do dia 16 de junho de 2009, estabeleceu a seguinte ação:

"Artigo 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas"

2.3. A partir desta determinação, foi editada a Resolução Nº 06 de 08 de maio de 2020 alterada pelas Resoluções nº 20 de 2 de dezembro de 2020 e nº 21 de 16 de novembro de 2021, regulamentando a aplicação dos respectivos valores.

2.4. Portanto, o objeto deste termo tem por finalidade principal, cumprir este dispositivo legal.

"Conforme a Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023 que altera o artigo 14 da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, § 3º fica determinado que a aquisição de gêneros alimentícios de que trata o caput deste artigo, quando comprados de família rural individual, será feita no nome da mulher, em no mínimo 30% (cinquenta por cento) do valor adquirido"

2.5. A quantidade estipulada refere-se ao levantamento de todo conteúdo pertencente à Secretaria Municipal de Educação.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, nos termos da tabela abaixo, referente aos quantitativos anuais, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

3.2. Será realizada a entrega dos gêneros alimentícios nas Escolas e CMEI's conforme determinação da Divisão de Alimentação Escolar, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	GÊNERO (DESCRIÇÃO)	UN.	TOTAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	ABACAXI IN NATURA - Tipo: Abacaxi pérola de boa qualidade "in natura". Ausência de sujidades, larvas e parasitos. O fruto deverá apresentar a forma cilíndrica ou cônica (sem deformidades), ter consistência firme e estar livre de doenças e/ou pragas. Ter atingido o grau máximo de amadurecimento que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e o armazenamento em condições adequadas para o consumo. Não estar danificado por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica que afetem sua aparência, a polpa e o pedúnculo (quando houver) deverão ser apresentados intactos e firmes.	Kg	20.000	R\$ 5,69	R\$ 113.800,00
2	ABOBORA IN NATURA - Tipo: Aboóbora de boa qualidade. Fruta procedente de frutificação de plantas, "in natura" de primeira qualidade de acordo com as suas características. Ausência de sujidades, larvas e parasitos. Fruto esferóide achatado, cuja superfície pode ser lisa ou áspera, ter consistência firme e estar livre de doenças e/ou pragas. Ter atingido o grau máximo de	Kg	8.000	R\$ 4,76	R\$ 38.080,00

	maturo que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e o armazenamento em condições adequadas para o consumo. Não estar danificado por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica que afetem sua aparência.				
3	BANANA IN NATURA - Tipo: Banana prata ou pacovani, com coloração amarela, com pequenas manchas de cor marrom e sem partes moles. Fruta procedente de frutificação de planta, "in natura", de primeira qualidade de acordo com suas especificidades. Aspecto – Bagas alongadas, Cor – Amarelo levemente esverdeado, Cheiro – Próprio; Sabor – Próprio doce. Ausência de sujidades, larvas e parasitos. Os frutos deverão atingir o grau máximo de maturação que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e o armazenamento em condições adequadas para o consumo. Não poderão estar danificados por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica que afetem sua aparência.	Kg	28.000	R\$ 5,18	R\$ 145.040,00
04	BATATA DOCE IN NATURA - Tipo: Batata doce grãda de boa qualidade. O produto é uma hortaliça classificada como tubérculo. De acordo com as suas características deve ser classificado como de primeira qualidade. Aspecto Próprio; Cor Própria; Cheiro Próprio; Sabor Doce. Ausência de sujidades, larvas e parasitos. Devem apresentar-se firmes, com a película fina e lisa, sem cortes, picadas de insetos ou presença de qualquer doença. Será rejeitado o produto que apresentar brotos.	Kg	30.000	R\$ 4,94	R\$ 148.200,00
05	BOLO CASEIRO - Bolo caseiro de variados tipos (banana, milho, mandioca, macaxeira, batata doce), produzidos a partir de matéria prima de boa qualidade e em condições adequadas de higiene. Embalagem por kg. Deve conter informações nutricionais, prazo de validade, data de fabricação e selo de inspeção sanitária.	Kg	5.000	R\$ 20,48	R\$ 102.400,00
06	CARA - Tipo: Cará, sem rachaduras ou manchas. O produto é uma hortaliça classificada como Tubérculo. De acordo com as suas características deve ser classificado como de primeira qualidade. Aspecto Alongado; Cor – Próprio; Cheiro Próprio; Sabor Próprio. Microscópica: Ausência de sujidades, larvas e parasitos. O produto deverá	Kg	38.000	R\$ 7,92	R\$ 300.960,00

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.pb.gov.br/verificacao/E05E-9F59-164E-136A> e informe o código E05E-9F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.pb.gov.br/verificacao/E05E-9F59-164E-136A> e informe o código E05E-9F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.pb.gov.br/verificacao/E05E-9F59-164E-136A> e informe o código E05E-9F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.pb.gov.br/verificacao/E05E-9F59-164E-136A> e informe o código E05E-9F59-164E-136A



	ser entregue apresentando consistência firme e cascas finas lavadas e sem rachaduras. Devem estar livres de pragas e/ou doenças.				
07	CENOURA IN NATURA - Tipo: Cenoura vermelha grande, firme, lisa e de boa qualidade. O produto é uma hortaliça, classificada como raiz. Aspecto – Alongado; Cor – Laranja avermelhado; Cheiro – Próprio; Sabor Doce. Ausência de sujidades, larvas e parasitos. Devem ser entregues firmes, lisas, sem rugas, de aparência fresca e com homogeneidade em forma e tamanho.	Kg	5.000	R\$ 7,24	R\$ 36.200,00
08	COENTRO IN NATURA - Tipo: Coentro de boa qualidade. O produto é uma hortaliça classificada como verdura. Aspecto – Folhas; Cor – Verde; Cheiro – Próprio; Sabor – Próprio. Ausência de sujidades, larvas e parasitos. Os molhos devem estar frescos e apresentar aparência saudável, sem presença de folhas danificadas nem amareladas.	Kg	3.000	R\$ 12,88	R\$ 38.640,00
09	CORTES DE FRANGO DE GRANJA (PEITO) - Tipo: Frango (peito) - congelado, apresentando aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso. Cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem em saco de polietileno transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, com pacotes de 1kg. Sendo tolerado a variação de até 8% no peso líquido do produto descongelado em relação ao peso congelado. Deverá constar na embalagem rótulo impresso de forma legível: dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade (peso) do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM, prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega. Suas condições deverão estar de acordo com as normas e/ou resoluções da ANVISA, Ministério da Saúde e Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento – MAPA e suas posteriores alterações.	Kg	16.000	R\$ 21,52	R\$ 344.320,00

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-136A> e informe o código ESDE-6F59-164E-136A



10	CORTES DE FRANGO DE GRANJA (COXA COM SOBRECOXA) - Tipo: Frango (coxa com sobrecoxa) - congelado, apresentando aspecto próprio, não amolecido e nem pegajoso. Cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasita e larvas. Embalagem em saco de polietileno transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, com pacotes de 1kg. Sendo tolerado a variação de até 8% no peso líquido do produto descongelado em relação ao peso congelado. Deverá constar na embalagem rótulo impresso de forma legível: dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade (peso) do produto, nº do registro no SIF, SIE ou SIM, prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega. Suas condições deverão estar de acordo com as normas.	Kg	16.000	R\$ 15,90	R\$ 254.400,00
11	DOCE DE LEITE - Tipo: doce de leite pastoso, sem corantes, embalagem plástica atóxica com peso mínimo de 400g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, data de fabricação e/ou número de lote, data de validade, quantidade do produto.	Pote	2.500	R\$ 13,19	R\$ 32.975,00
12	FILÉ DE PEIXE - Filé de peixe congelado. Filé de tilápia congelada sem vísceras, pele e espinha. Filé de peixe de boa qualidade, inspecionado pelo ministério da agricultura (SIF ou SIE). Filé congelado de acordo com as especificações da legislação, embalagem com peso de 01kg, com coloração e odor característicos, livre de manchas, com textura não amolecido e não pegajoso, sem espinha, sem pele, teor de água: até 10%; O produto deverá apresentar-se com todo o frescor da matéria prima convenientemente conservada, deverá estar isento de toda e qualquer evidência de decomposição, coloração distinta para a espécie considerada. Cor, odor e sabor característicos. Rotulagem de acordo com a legislação vigente RDC nº360/359 de 23/12/03, ANVISA/MS, RDC nº259 de 20/09/02 ANVISA/MS, RDC nº 123 de 13/05/2004 ANVISA/ MS, IN nº22	Kg	28.000	R\$ 43,95	R\$ 1.230.600,00

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-136A> e informe o código ESDE-6F59-164E-136A



	MAPA, IN nº30 MAPA, IN nº 66, de 16 de dezembro de 2009 MAPA, Lei nº 10674/03, Portaria SNVS nº34 de 14/03/1980. No rótulo da embalagem deverão estar impressas de forma clara e legível as informações da rotulagem obrigatória. Será considerada imprópria e será recusada, a embalagem defeituosa ou inadequada, que exposta o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto.				
13	IOGURTE SABOR MORANGO - Tipo: É o produto obtido a partir de leite de vaca pasteurizado, adicionado de fermentos lácteos, polpa de morango, açúcar, soro de leite e aditivos, submetido à Inspeção Federal ou Estadual (SIF ou SIE). Embalagem: Sacos plásticos leitosos de alta densidade, com 100g com prazo mínimo para vencimento, na entrega, faltando 20 dias e validade do produto de 30 dias. Rotulagem específica de acordo com a legislação.	Litro	60.000	R\$ 7,81	R\$ 468.600,00
14	IOGURTE SABOR SALADA DE FRUTAS - Tipo: É o produto obtido a partir de leite de vaca pasteurizado, adicionado de fermentos lácteos, polpa de frutas, açúcar, soro de leite e aditivos, submetido à Inspeção Federal ou Estadual (SIF ou SIE). Embalagem: Sacos plásticos leitosos de alta densidade, com 100g com prazo mínimo para vencimento, na entrega, faltando 20 dias e validade do produto de 30 dias. Rotulagem específica de acordo com a legislação.	Litro	28.000	R\$ 7,92	R\$ 221.760,00
15	MACAXEIRA IN NATURA - Tipo: Macaxeira de boa qualidade. O produto é uma hortaliça classificada como Tubérculo. Deve ser classificado como de primeira qualidade. Aspecto: Alongada; Cor: Própria; Cheiro: Próprio; Sabor: Próprio. Ausência de sujidades, larvas e parasitos. Deverá ser entregue apresentando consistência firme e cascas finas, lavadas e sem rachaduras. Devem estar livres de pragas e/ou doenças.	Kg	15.000	R\$ 3,96	R\$ 59.400,00
16	MACAXEIRA (DESCASCADA E CONGELADA) - Tipo: O produto é uma hortaliça classificada como Tubérculo. De acordo com as suas características deve ser classificado como de primeira qualidade. Serão inatos de conservantes, aromatizantes e corantes. Ausência	Kg	4.000	R\$ 7,31	R\$ 29.240,00

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-136A> e informe o código ESDE-6F59-164E-136A



	de sujidades, larvas, parasitos e substâncias estranhas. Macaxeira descascada e congelada embalada à vácuo, entregue congelada, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, com ausência de substâncias estranhas. Embalagem em saco de polietileno transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, com pacotes de 1kg. Deverá constar na embalagem rótulo impresso de forma legível: dados de identificação, procedência, informações nutricionais, data de validade, quantidade (peso) do produto.				
17	MAMÃO FORMOSA IN NATURA - Tipo: Mamão de boa qualidade, sem partes escuras e rachaduras. Procedente de frutificação de planta sã, "in natura", de 1ª qualidade de acordo com as suas características. Aspecto: Globoso; Cor: Amarelo; Cheiro: Próprio; Sabor: Próprio. Ausência de sujidades, larvas e parasitos. Deverá ser entregue apresentando consistência firme e cascas finas, lavadas e sem rachaduras. Devem estar livres de pragas e/ou doenças.	Kg	20.000	R\$ 4,06	R\$ 81.200,00
18	MANTEIGA - Tipo: manteiga sem sal, de primeira qualidade, obtida do creme de leite (nata) padronizado, pasteurizado e maturado. Acionados em potes plásticos apropriados para alimentos, com peso de 500g, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e/ou número de lote, prazo de validade e peso líquido, registro do Ministério da Agricultura SIF/DIPOA.	Pote	3.000	R\$ 25,30	R\$ 75.900,00
19	MELANCIA IN NATURA - Tipo: Melancia de boa qualidade. Fruta "in natura" de primeira qualidade. Aspecto – Globoso/Orval; Cor – Verde; Cheiro – Próprio; Sabor – Próprio doce. Ausência de sujidades, larvas e parasitos. O fruto deve estar íntegro, com casca firme, sem rachaduras e partes moles. Não deverá apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Ter consistência firme e estar livre de doenças e/ou pragas.	Kg	12.000	R\$ 4,06	R\$ 48.720,00
20	MILHO VERDE - Tipo: Espiga de milho verde com casca, de primeira qualidade. De acordo com as suas características deve ser classificado como	Mão de milho	700	R\$ 62,11	R\$ 43.477,00

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-136A> e informe o código ESDE-6F59-164E-136A



	de primeira qualidade. Tipo: Espiga de milho verde. Aspecto: Espiga; Cor: Amarela; Cheiro: próprio; Sabor: próprio; Ausência de sujidades, larvas e parasitos. O produto deve ser entregue limpo, firme, com a casca.				
21	OVO CAPIRÁ - Tipo: Ovo in natura tipo capira, acondicionados em bandejas de 30 unidades, inspecionado pelo Ministério da Agricultura (SIF ou SIE). Apresentando data de validade. Deve ser de 1ª qualidade, uniformes, íntegros, limpos e de casca lisa. Aspecto: Oval; Cor: vermelho/marrom; Cheiro: Próprio; Sabor: Próprio. Ausência de sujidades, larvas e parasitos. Não deverá apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Ter consistência firme e estar livre de doenças e/ou pragas.	Bandeja	5.000	R\$ 28,28	R\$ 141.400,00
22	POLPA DE ACEROLA - Tipo: Produto proveniente de frutas 100% natural, sabores variados (acerola, caju, goiaba, manga), sem adoçantes. Aspecto: Sólido; Cor e odor: Próprios; Sabor: característico; O produto deverá ser fracionado, embalado e rotulado por unidade de 1kg de forma a atender à necessidade das unidades. A embalagem do produto deverá ser em adequada para uso em alimentos. Deverá especificar no rótulo a identificação do produto, marca; nome e endereço do fabricante; data de validade e/ou número de lote e prazo de validade ou data de vencimento; peso líquido; marca da Inspeção Federal (SIF) ou Inspeção Estadual (SIE), com número de registro.	Kg	7.000	R\$ 13,06	R\$ 91.420,00
23	POLPA DE GOIABA - Produto proveniente de fruta 100% natural, sabores variados (acerola, caju, goiaba, manga), sem adoçantes. Aspecto: Sólido; Cor e odor - Próprios; Sabor - característico; O produto deverá ser fracionado, embalado e rotulado por unidade de 1kg de forma a atender à necessidade das unidades. A embalagem do produto deverá ser em adequada para uso em alimentos. Deverá especificar no rótulo a identificação do produto, marca; nome e endereço do fabricante; data de validade e/ou número de lote e prazo de validade ou data de vencimento; peso líquido; marca da Inspeção Federal (SIF) ou Inspeção Estadual (SIE), com número de registro.	Kg	7.000	R\$ 12,91	R\$ 90.370,00

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1doc.com.br/verificacao/E50E-6F59-164E-136A> e informe o código E50E-6F59-164E-136A

D

24	QUEIJO COALHO PRÉ-COZIDO - Produzido por fermentação e coagulação. Queijo que se obtém por coagulação do leite por meio do coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas selecionadas. O queijo de coalho é um queijo de média a alta umidade, de massa semi-cozida ou cozida e apresentando um teor de gordura nos sólidos totais variável entre 35,0% e 60,0%. Uma de suas características é a resistência ao calor, o que faz com que este possa ser assado e tostado. Consiste em um queijo de massa branca, pouco salgado e levemente ácido, com casca quase uniforme com a massa interna, dependendo do tempo de maturação. Aspecto: sólido; Cor: branca; Odor: próprio; Sabor: próprio. Ausência de sujidades, larvas e parasitos. Embalagem específica para vácuo, transparente, atóxico, limpo, não violado, resistente. Conter os dados de identificação, informações nutricionais, nº de lote, prazo de validade mínimo de 30 dias, com selo do serviço de inspeção municipal (SIM) ou do serviço de inspeção estadual (SEI) ou selo do serviço de inspeção federal (SIF).	Kg	7.000	R\$ 41,18	R\$ 288.260,00
----	--	----	-------	-----------	----------------

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1doc.com.br/verificacao/E50E-6F59-164E-136A> e informe o código E50E-6F59-164E-136A

D

determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), deve ser utilizado obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

**5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

5.1. A forma mais vantajosa para o prosseguimento da contratação seria a compra direta com entrega integral dos objetos, não havendo a necessidade de manutenção ou assistência técnica dada à natureza do(s) objeto(s).

**6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**6.1. Sustentabilidade**

6.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

**6.1.2. Priorização da Agricultura Familiar:**

6.1.2.1. Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP): Fornecedores devem apresentar DAP válida, emitida pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

6.1.2.2. Regularização: Fornecedor deve estar em situação regular com o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e com as obrigações fiscais e trabalhistas.

6.1.2.3. Participação de Cooperativas: Cooperativas de agricultores familiares podem participar como fornecedoras, ampliando a escala de produção e logística.

6.1.3. Limite de Venda Individual: Fornos individuais não podem vender mais de R\$ 40.000,00 por ano para a mesma administração pública.

**6.1.4. Priorização de Produtos Orgânicos e Agroecológicos:**

6.1.4.1. Certificação: Priorizar produtos com certificação orgânica ou agroecológica, de acordo com a Lei nº 10.831/2003 e a Lei nº 12.303/2010.

6.1.4.2. Produção Sustentável: Incentivar métodos de produção que minimizem o impacto ambiental e preservem a biodiversidade.

6.1.4.3. Alimentos Mais Saudáveis: Oferecer alimentos com maior valor nutritivo e menor quantidade de agrotóxicos.

**6.1.5. Priorização de Produtos da Região:**

6.1.5.1. Compra Local: Priorizar a compra de produtos da região, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa e fortalecendo a economia local.

6.1.5.2. Alimentos Frescos: Oferecer alimentos frescos e de qualidade aos alunos.

6.1.5.3. Valorização da Produção Local: Incentivar a produção local e a diversificação da agricultura familiar.

**6.1.6. Indicação de marcas ou Modelos (art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021)**

6.1.6.1. Não será admitida a indicação de marca, característica ou modelo específico. Isso se deve ao caráter da contratação, que se baseia na seleção de fornecedores prioritariamente locais, para fornecer os itens produzidos por eles próprios, não sendo adquiridos nos meios convencionais de aquisição. Tendo assim marca própria ou sendo somente devidamente embalados e entregues nas Unidades Educacionais de destino.

**7. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA**

7.1. As amostras deverão ser entregues no Setor de Licitação (CSL/SEDEC), no prazo de máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da solicitação da comissão de licitação, para posteriormente serem apresentadas para atesto ao Nutricionista Responsável e Quadro Técnico da Divisão de Alimentação Escolar. Só serão aprovados aqueles gêneros que estiverem de acordo com a descrição e especificação solicitadas. As amostras apresentadas não farão parte do quantitativo a ser entregue após a contratação.

**8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**9. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

9.1. No caso de fornecedores, vendedores ou distribuidores, não há exigência de uma carta de solidariedade emitida pelo fabricante para garantir a execução do contrato.

**10. DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**10.1. Condições de Entrega**

10.1.1. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada diretamente nas Unidades e Ensino, nos endereços constantes no APÊNDICE II deste Termo de Referência, de acordo com a chamada pública e com a solicitação da Divisão de Alimentação Escolar, das 07h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, de segunda a quinta-feira.

10.1.2. Os produtos deverão ser entregues em embalagem apropriada e confeccionados no ato da entrega.

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1doc.com.br/verificacao/E50E-6F59-164E-136A> e informe o código E50E-6F59-164E-136A

D

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa1doc.com.br/verificacao/E50E-6F59-164E-136A> e informe o código E50E-6F59-164E-136A

D

10.1.3. Os funcionários envolvidos nas entregas dos produtos devem estar uniformizados, com calçados fechados, mantendo-os em bom estado e limpos, de acordo com normas da ANVISA.

10.2. Os produtos deverão ser manipulados em condições de higiene e temperatura rígidas, em estabelecimentos destinados a este fim, devidamente registrados em órgão oficial. Os produtos perecíveis deverão ser transportados em veículos apropriados, refrigerados, com temperatura – 18°C (dezoito graus negativos) utilizados unicamente para este fim, constituídos de material liso, resistente impermeável e atóxico; com estados; e mantidos em condições higiênicas satisfatórias.

10.3. Somente será recebido o produto que tenha uma data de fabricação de até 1/3 (um terço) de sua data de validade (tempo de vida útil).

10.4. Em conformidade com a Resolução nº 06/2020, os gêneros alimentícios a serem entregues ao contratante devem ser os definidos na chamada pública de compra, podendo ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem na mesma chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente, e que a substituição seja atestada pelo Responsável Técnico, que poderá contar com o respaldo do Conselho de Alimentação Escolar.

II. DA GARANTIA DO PRODUTO

11.1. Cabe aos(as) Contratados(as) efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de consumo, e substituir aqueles que porventura estejam fora das especificações do presente instrumento, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da comunicação expedida pela Divisão de Alimentação Escolar.

12. DA INDICAÇÃO DE PESSOAL

12.1. No art. 11 da Lei nº 11.947/2009, a responsabilidade técnica pela alimentação escolar [...] caberá ao nutricionista responsável [...]. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável conforme disposto no art. 13 da referida Lei. A coordenação das ações de alimentação escolar será realizada por nutricionista habilitado, que deverá assumir a responsabilidade técnica do Programa e terá como atribuições, entre outras estabelecidas na Resolução CFN nº 465/2010, planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, fazendo o acompanhamento desde a aquisição dos gêneros alimentícios, o preparo, a distribuição até o consumo das refeições pelos escolares.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Para a habilitação das propostas, exigem-se também, os documentos abaixo, conforme determina o Artigo 35, da Resolução CD nº 006/2020 alterada pelas resoluções 20/2020 e 21/2021 do FUNDO

NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO e o artigo 25 parágrafo segundo inciso 2 a apresentação do certificado orgânico conforme a lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003.

- 13.1.1. Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:
- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
  - b) Extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
  - c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
  - d) A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;
  - e) Para produtos de origem animal, apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção Sanitário, podendo ser Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade agropecuária (SUASA), Serviço de Inspeção Estadual (SISP) e Serviço de Inspeção Federal (SIF);
  - f) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;

13.1.2. Grupos informais de agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) Extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- d) A prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;
- e) Para produtos de origem animal, apresentar documentação comprobatória de Serviço de Inspeção Sanitário, podendo ser Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou adesão ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade agropecuária (SUASA), Serviço de Inspeção Estadual (SISP) e Serviço de Inspeção Federal (SIF);
- f) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;

13.1.3. Grupos formais, detentores de DAP Jurídica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

- d) Cópias do estatuto (Aceitar doc, Autenticação Eletrônica pela Junta Comercial) e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;
- f) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados, relacionados no projeto de venda;
- g) Declaração do seu representante legal assumindo a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados, conforme determina o artigo 36, § 3º, inciso VII da Resolução CD nº 006/2020;
- h) prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas.

14. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

- 14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 14.2. A contratante deverá promover o acompanhamento e a fiscalização quando da entrega dos produtos, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA a ocorrência de qualquer fato que exija medidas corretivas por parte desta.
- 14.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 14.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 14.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 14.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 14.7. A Divisão de Alimentação Escolar realizará uma visita técnica nas dependências das cooperativas ganhadoras para verificar se as mesmas seguem as Boas Práticas de Fabricação, avaliando a padronização da matéria-prima/produtos, assim como suas instalações, com base na norma NBR 12966/1993 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da Resolução RDC 275 de 21 de outubro de 2002, com o intuito de

garantir a oferta de um alimento seguro.

14.7.1. Fiscalização

- 14.7.1.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.
- 14.7.1.2. Ficam designados(as) para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens as servidoras abaixo relacionadas:

FISCAIS ADMINISTRATIVOS			
MATRÍCULA	CRN	NOME	
23.206-8	1965	TATIANA VIEIRA DOS SANTOS MELO	
102.940-8	16401	IRENE RICELLI FERREIRA DE LIMA	
FISCAIS TÉCNICOS			
MATRÍCULA	CRN	NOME	POLO
102.226-3	18834	ALINE DE JESUS DA CONCEIÇÃO SILVA	7
102.248-4	8277	MARIANGELA SILVESTRE PEREIRA	5
102.262-0	34208	SAMARA QUEIROZ DA SILVA	2
102.228-0	34333	AMANDA PATRÍCIO CARVALHO	9
97.366-1	16257	FLAVIA GABRIELLY QUEIROZ DE LIMA	4
90.214-4	15646	TATIANY HEMELLY MARQUES	6
90.388-4	39806/P	AMANDA ROSA ALVES	3
102.937-3	20303	MONIK SABRINA LAURENTINO DE MORAIS	1
102.947-1	5688	JOANA ROSA GOMES AMARAL	8

- 14.7.1.3. E como Gestora de Contrato a servidora **Kathlen Nóbrega Arcoverde**: Gestora de Contratos. Matrícula: 85.465-4;
- 14.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput, e Decreto Municipal 10.535/2023).
- 14.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Federal nº 11.246/2022, art. 22, VI, e Decreto Municipal 10.535/2023);
- 14.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II, Decreto Municipal 10.535/2023);
- 14.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III e Decreto Municipal 10.535/2023);
- 14.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E0E-0F59-164E-136A e informe o código E0E-0F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E0E-0F59-164E-136A e informe o código E0E-0F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E0E-0F59-164E-136A e informe o código E0E-0F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E0E-0F59-164E-136A e informe o código E0E-0F59-164E-136A



demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV e Decreto Municipal 10.535/2023).

14.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V e Decreto Municipal 10.535/2023).

14.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII, e Lei nº 15.067/2024, art. 19, VII).

14.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022 e Decreto Municipal 10.535/2023).

14.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV e Decreto Municipal 10.535/2023).

14.17. Gestor do Contrato

14.17.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

14.17.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II, e Decreto Municipal 10.535/2023).

14.17.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de fisco eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III e Decreto Municipal 10.535/2023).

14.17.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII e Decreto Municipal 10.535/2023).

14.17.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X e Decreto Municipal 10.535/2023).

14.17.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI e Decreto Municipal 10.535/2023).

14.17.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

15. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1. Recebimento

15.1.1. O Manual de Recebimento dos Gêneros Alimentícios para as Escolas e Centros de Referência de Educação Infantil dita as normas e regras para o recebimento e controle de consumo de todos os gêneros alimentícios que abastecem as unidades escolares de João Pessoa. O envio ocorrerá em comandas em papel timbrado contendo o item enviado e quantitativo, com assinatura com letra legível e matrícula da pessoa que estiver recebendo, bem como também a matrícula ou registro de identidade do entregador dos gêneros, e observações caso seja necessário.

15.2. As solicitações de fornecimento dos produtos serão realizadas pelo Nutricionista Responsável Técnico e/ou Quadro Técnico da Divisão de Alimentação Escolar, através de comandas de pedidos de gêneros, enviadas por e-mail, após assinatura dos contratos.

15.3. Devem ser observados no recebimento dos gêneros alimentícios: caminhão (fechado, limpo, refrigerado), a quantidade e qualidade dos produtos, a data de validade de no mínimo seis meses a partir da data de entrega, a marca e o peso unitário, de acordo com o aprovado na chamada pública. Após conferir todos os itens acima, as comandas devem ser assinadas. Caso as observações não estejam satisfatórias, o responsável deverá recusar o recebimento do gênero e fazer observação na comando, informando imediatamente a Divisão de Alimentação Escolar.

15.4. Todos os gêneros devem apresentar rótulo, exceto hortifrutigranjeiro, contendo as informações sobre o produto e, no caso de carnes, laticínios e derivados deverá conter o Selo de Identificação Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM).

15.5. O prazo para entrega dos produtos será no máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação, mediante nota de empenho e ordem de fornecimento. Os produtos, objeto do presente contrato, deverão ser acondicionados e entregues adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o

transporte. Os volumes contendo os produtos deverão estar identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal.

15.6. O início da entrega dos gêneros alimentícios ocorrerá imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, sendo o prazo do fornecimento até 31 de dezembro de 2024. O prazo de vigência do presente contrato de aquisição de que trata essa Chamada terá início na data de recebimento da Nota de Empenho pelo Contratado.

15.7. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

15.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da notificação pela contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.9. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

15.10. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.12. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

15.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.14. O pagamento será realizado no **prazo de até 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.15. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

15.16.1. Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão emitir os documentos fiscais, notas

fiscais, faturas ou recibos com observância estrita às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e suas alterações, inclusive no que se refere ao destaque da alíquota correta nos documentos fiscais, sob pena de não aceitação por partes dos órgãos e entidades responsáveis pela liquidação e pagamento da despesa de acordo com o §1º, do Art. 4º do DECRETO MUNICIPAL Nº 10.574, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024.

15.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável e DECRETO MUNICIPAL Nº 10.574, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024.

15.18. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

15.20. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.21. Constatada a situação de irregularidade do CONTRATADO, deve-se providenciar a sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

15.21.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

15.21.2. Persistindo a irregularidade, como medida de cautela, a Administração poderá suspender a execução do contrato e determinar a limitação de empenho, conforme art. 45 da Lei Federal nº 9.784/99.

15.21.3. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.21.4. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual.

15.21.5. Será rescindido o contrato em execução com a contratada que não possuir regularidade fiscal, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E05E-0F59-164E-136A> e informe o código E05E-0F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E05E-0F59-164E-136A> e informe o código E05E-0F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E05E-0F59-164E-136A> e informe o código E05E-0F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E05E-0F59-164E-136A> e informe o código E05E-0F59-164E-136A



comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

17.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, conforme o art. 72 da Lei Federal de nº 14.133/2021, na forma de INEXIGIBILIDADE no Art. 74, e regulamentado pelo Decreto Municipal de nº 10.248/2023, entretanto a Proponente deverá apresentar e preencher seus Preços Unitários e Totais, para cada item.

17.3. Forma de fornecimento

17.4. O fornecimento do objeto será integral/parcelado de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.

18. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 4.425.362,00 (quatro milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil e trezentos e sessenta e dois reais).

19. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. As despesas com a aquisição da presente demanda correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024, assim classificadas:

Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
10.101.12.306.5417.102514	3.3.90.32	552 - Recursos FNDE/PNAE - Ensino Fundamental I e II
10.101.12.306.5417.102515	3.3.90.32	552 - Recursos FNDE/PNAE - PNAE-Creche
10.101.12.306.5417.102516	3.3.90.32	552 - Recursos FNDE/PNAE - Pré-Escola
10.101.12.306.5417.102517	3.3.90.32	552 - Recursos FNDE/PNAE - PEJA
10.101.12.306.5417.102518	3.3.90.32	552 - Recursos FNDE/PNAE - PEJA
10.101.12.306.5417.102519	3.3.90.30/569	552 - Recursos FNDE/PNAE - PEJA

10.101.12.366.5417.102684		AEE 552 - Recursos FNDE/PNAE - QUILOMBOLA 569 - Recursos FNDE-PEJA
---------------------------	--	--

20. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES

20.1. Somente serão aceitas as propostas apresentadas com valor unitário e total de cada item;

20.2. As propostas de preços serão consideradas completas, abrangendo todos os custos com o material e serviço necessários ao fornecimento dos alimentos, inclusive aqueles relativos ao frete e à descarga das mercadorias diretamente nos locais indicados pelo Setor de Alimentação Escolar;

20.3. Os valores cotados, obrigatoriamente, terão validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da licitação.

Georgia Rafaelly Candido Pontes  
Chefe da Divisão de Alimentação Escolar  
Matrícula: 97.599-1

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E05E-6F59-164E-136A> e informe o código E05E-6F59-164E-136A.

D

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E05E-6F59-164E-136A> e informe o código E05E-6F59-164E-136A.

D

APÊNDICE I – CARDÁPIO ESCOLAR

REFEIÇÃO	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
Desjejum 07:30	Frutas ao natural (Banana, mamão)	Mingau de amido (Fórmula infantil) requeijão, sem açúcar	Suco de goiaba (Fórmula infantil) neutro, sem açúcar	Papa de aveia (Fórmula infantil) neutro, sem açúcar	Vitamina de mamão (Fórmula infantil) neutro, sem açúcar
Lanche 09:00	Suco de laranja sem açúcar	Suco de abacaxi sem açúcar	Banana amassada	Melancia	Suco de laranja com cenoura sem açúcar
Almoço 11:30	Salada crua (Alface, tomate, beterraba, cebola) Carne ao molho Arroz Feijão carista	Salada de legumes cozidos (Batata, cenoura, chuchu) refogada Creme de frango ao molho (peixe) Arroz Feijão carista	Purê de abóbora Carne moída ao molho Arroz com cenoura Feijão carista	Purê de batata inglesa (Peixe ao molho) Arroz com cenoura Feijão carista	Coxido de carne com legumes (Abóbora, chuchu, cenoura, batatinha, couve) Pirão Arroz
Lanche 14:00	Maçã cozida	Banana cozida amassada	Suco de laranja com mamão, sem açúcar	Suco de polpa de manga sem açúcar	Melancia em pedacinhos pequenos
Jantar 18:00	Sopa de feijão	Purê de macarrão com carne ao molho	Macarrão com carne moída ao molho	Purê de batata doce com cenoura	Arroz com feijão defumado ao molho
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL MÉDIA SEMANAL FAIXA ETÁRIA 07 A 12 ANOS					
	Energia (Kcal)	CHOLÉ (mg)	PROTEÍNA (g)	AMÍAC (mg)	CHOLÉ (mg)
	154,80	115g	20g	27g	233,86
		55%	25%	28%	7,74
					16,75
					150,45

REFEIÇÃO	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
Desjejum 7:30	Mingau de amido	Yogurte com biscoito salgado	Cuscuz com ovo e suco de caju	Leite com cacau sem pó e pão assado com marmelo	Suco de goiaba com leite e biscoito doce
Lanche 09:00	Laranja	Abacaxi	Banana	Maçã	Tangerina
Almoço 11:30	Salada cozida (batata, cenoura, chuchu) Macarrão com molho de tomate, carne moída e soja	Salada crua (alface, tomate, beterraba, cebola) Creme de frango ao molho (peixe) Arroz Feijão carista	Salada cozida (batata, cenoura, chuchu) refogada Macarrão (arroz, feijão macarrão, requeijão) Arroz Feijão carista	Salada crua (alface, tomate, beterraba, cebola) Peixe ao molho Arroz com cenoura Feijão carista	Coxido de carne com legumes (abóbora, chuchu, cenoura, batatinha, couve) Pirão Arroz
Lanche 14:00	Suco da polpa de goiaba com biscoito doce	Banana cozida com canela	Suco de laranja com pipoca	Suco de polpa de manga	Melancia
Jantar 18:00	Sopa de feijão	Macarrão com carne ao molho	Macarrão com molho de tomate, carne moída e soja	Cuscuz com frango e suco de caju	Arroz com feijão ao molho
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL MÉDIA SEMANAL					
	Energia (Kcal)	CHOLÉ (mg)	PROTEÍNA (g)	AMÍAC (mg)	CHOLÉ (mg)
	1377,68	121g	42g	49g	187g
		57%	18%	20%	20%

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E05E-6F59-164E-136A> e informe o código E05E-6F59-164E-136A.

D

REFEIÇÃO	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
Desjejum	Suco da polpa de acerola com biscoito doce	Banana ao natural	Suco da polpa de goiaba	Tangerina ao natural	Leite com cacau
Lanche 09:00	Cuscuz com ovo e suco da polpa de caju	Papa de amido	Frutas ao natural (Abacaxi, mamão, banana) com biscoito doce	Yogurte salada de fruta com biscoito salgado	Pão doce com queijo coalho e suco da polpa de manga
Almoço 11:30	Purê de abóbora Feijão preto Arroz refogado com molho de feijão cozido	Salada crua (beterraba, cenoura, tomate) Macarrão com carne moída e soja	Salada cozida (chuchu, cenoura, batatinha) Macarrão (arroz, feijão macarrão, requeijão) Carne ao molho	Salada crua (alface, tomate, cebola, cenoura, beterraba) Feijão carista Arroz refogado com cenoura Peixe ao molho de coco	Salada cozida (chuchu, cenoura, batatinha) Macarrão com molho de feijão Suco de goiaba Doce de leite
Lanche 14:00	Canja	Batata doce com carne moída e suco da polpa de caju	Munguá	Sopa de legumes com carne	Cará com feijão ao molho
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL MÉDIA SEMANAL					
	Energia (Kcal)	CHOLÉ (mg)	PROTEÍNA (g)	AMÍAC (mg)	CHOLÉ (mg)
	1942,07	192g	52g	18g	11g
		25%	18%	17%	17%

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E05E-6F59-164E-136A> e informe o código E05E-6F59-164E-136A.

D

REFEIÇÃO	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
Desjejum	Leite com cacau	Goiaba ao natural	Suco da polpa de caju com biscoito doce	Maçã ao natural	Yogurte de morango
Lanche 09:00	Vitamina de banana com cacau e biscoito salgado	Arroz doce com canela	Pão doce com carne moída e suco de laranja	Cuscuz com leite	Suco de caju com pão doce assado com marmelo
Almoço 11:30	Salada cozida (chuchu, cenoura, batatinha) Carne ao molho Arroz refogado com cenoura Arroz simples	Purê de batatinha Arroz refogado com cenoura Feijão simples Creme de frango	Salada crua (tomate, alface, cebola, beterraba, cenoura) Macarrão com carne moída e soja	Abóbora cozida (peixe ao molho) Arroz Feijão simples	Salada crua (alface, cebola, tomate, cenoura) Peixe ao molho com batata inglesa Pirão de peixe Arroz com cenoura
Lanche 14:00	Sopa de legumes com carne	Cará com carne moída e soja	Cuscuz com ovo e suco de caju	Macarrão com frango ao molho	Sopa de feijão
COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL MÉDIA SEMANAL					
	Energia (Kcal)	CHOLÉ (mg)	PROTEÍNA (g)	AMÍAC (mg)	CHOLÉ (mg)
	2158,54	202g	52g	17g	11g
		24%	17%	17%	17%

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E05E-6F59-164E-136A> e informe o código E05E-6F59-164E-136A.

D

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO

Assinado por 1 pessoa: AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse [gov.br/dados](#)

CONVENIADAS

### RELACÃO DAS UNIDADES ESCOLARES/CMEI

destinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO

SEQ	UNIDADE ESCOLA	ENDEREÇO
<b>POLO 01</b>		
1	DESTINO: E.M. AFONSO PEREIRA	RUA: FLORE DE ROS, 5N
2	DESTINO: E.M. ANA CRISTINA ROLIM MACHADO	RUA: DRAUZIO FERREIRA 77
3	DESTINO: E.M. ANITA TRIGUEIRO DO VALE	RUA: EMILIO DE ARAUJO CHAVES - 118
4	DESTINO: E.M. ANTONIO SANTOS COELHO	PRACA: OSWALDO PESSOA, 5N
5	DESTINO: E.M. ARIANES	RUA: EURIODE E FELIX CABRAL, 5N
6	DESTINO: E.M. DAVID TRINDADE	RUA: JOSE MANOEL DE ARAUJO, 88
7	DESTINO: E.M. INÍCIO PIABUIRE	RUA: BEATRIZ MARIA DE OLIVEIRA, 5N
8	DESTINO: E.M. JOÃO GADALHA DE OLIVEIRA	RUA: IVAN DE ASSIS COSTA, 108
9	DESTINO: E.M. LIONEL TAMBIAU	RUA: FRANCISCO TIMOTEO DE SOUZA, 33
10	DESTINO: E.M. LUIZ VAZ DE CAMÕES	AV. JOSEFA TAVIERA, 5N
11	DESTINO: E.M. OLÍVIO RIBEIRO CAMPOS	RUA: ESMERALDO GOMES VIEIRA, 195
12	DESTINO: E.M. VIRGINÍUS DA GAMA E MELO	RUA: ANTONIO DE SOUZA LIMA, 30
13	DESTINO: E.M. ZUMBI DOS PALMARES	RUA: RITA XAVIER DE OLIVEIRA, 5N
<b>POLO 02</b>		
14	DESTINO: E.M. AGOSTINHO FERNANDA NETO	RUA: FERNANDO CUNHA LIMA, BELA VISTA
15	DESTINO: E.M. AMÉRICO FALCÃO	AV. DOM BOSCO, 557
16	DESTINO: E.M. ANALICE CALDAS	RUA: CECILIA MIRANDA, 22A
17	DESTINO: E.M. DUMÉVAL TRIGUEIRO	AV. 14 DE AGOSTO, 851
18	DESTINO: E.M. FRANCISCO PEREIRA DA NOBREGA	RUA: ELIAS CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, 5N
19	DESTINO: E.M. INSTITUTO DOM ADALTO	RUA: CEL. ANTONIO SOARES, 631
20	DESTINO: E.M. LEONIDAS SANTIAGO	RUA: CONEGO VICENTE PIMENTEL, 350
21	DESTINO: E.M. LUIZ MENDES PONTES	RUA: JOSE GOMES DA SILVEIRA, 45
22	DESTINO: E.M. PADRE PEDRO SERRÃO	AV. DOM BOSCO, 755
23	DESTINO: E.M. SANTA ANGELA	RUA: ANTONIA GOMES DA SILVEIRA, 1135
<b>POLO 03</b>		
24	DESTINO: E.M. EUCLIDES DA CUNHA	RUA: VALENCIO LINS DE MENDONÇA, 37
25	DESTINO: E.M. JOSE NOVAIS	AV. SANTOS ESTANISLAU, 322
26	DESTINO: E.M. LUIZA LIMA LOBO	RUA: FRANCISCO INACIO DO REGO FILHO, 25
27	DESTINO: E.M. NAPOLEÃO LAUREANO	RUA: CORONEL ADELDO MASSA, 700
<b>POLO 04</b>		
28	DESTINO: E.M. (ANEXO) ANTONIA DO SOCORRO MACHADO	RUA: ANALICE PEREIRA DOS SANTOS, 20
29	DESTINO: E.M. (ANEXO) ANTONIA DO SOCORRO - M. BOM PAST	RUA: DAS JAQUEIRAS, 41
30	DESTINO: E.M. (ANEXO) CASTRO LEITE - J. CML MARCELO E SILVA	RUA: FRANCISCO BARBOSA SOBRINHO S/N
31	DESTINO: E.M. (ANEXO) FERREIRA CAMARA	RUA: PRCPA INDEMA RIBEIRO S/N
32	DESTINO: E.M. ANTONIO DO SOCORRO MACHADO	RUA: ACARANDA, 277 - PARATIBE
33	DESTINO: E.M. CARLOS NEVES DA FRANCA	RUA: LELIA DINIZ, 244
34	DESTINO: E.M. CECILIO LEITE	AV. GIGARDA, 125 - URUVATÁ
35	DESTINO: E.M. DOM HELIO CAMARA	RUA: JOAQUIM SEVERINO DOS SANTOS, 5N
36	DESTINO: E.M. DOM MARCELO PINTO CARVALHEIRO	RUA: PRCPA MARIA APARECIDA PEREIRA CRUZ
37	DESTINO: E.M. FLEILSON CAMARA	AV. ADOLFO TOLEDO, 157
38	DESTINO: E.M. JOACIL DE BRITO PEREIRA	RUA: LINHY RICARDO AUGUSTO BARBOSA - GRAMAME
39	DESTINO: E.M. JOSE AMERICO DE ALMEIDA	RUA: ALCIDES DE MIRANDA HENRIQUE, 307
40	DESTINO: E.M. PADRE LEONIL DA FRANCA	RUA: ANTONIO ARANTES, 160
41	DESTINO: E.M. TERCIA BENEVIDES LINS	RUA: VER. FRANCISCO L. CAVALCANTE, 315
<b>POLO 05</b>		
42	DESTINO: E.M. CONEGO MATIAS FREIRE	RUA: GEMINIANO DA FRANCA, 54
43	DESTINO: E.M. DAMASIO BARBOSA FRANCA	RUA: RODRIGUES CHAVES, 5N
44	DESTINO: E.M. FREI AFONSO	RUA: CORDEIRO SENIOR, 250 - BAIXO ROGER
45	DESTINO: E.M. FRUTUOSO BARBOSA	RUA: LOPO GARRO, 100
46	DESTINO: E.M. JOSE PEREGRINO DE CARVALHO	RUA: CARNEIRO DE CAMPOS, 5N
47	DESTINO: E.M. NAON, JOÃO COUTINHO	RUA: 19 DE MARÇO, 130
48	DESTINO: E.M. SANTOS DUARTE	RUA: FREI MIGUELINO, 34
<b>POLO 06</b>		
49	DESTINO: E.M. ANGELO FRANCISCO NOTARE	PRACA: DOM VILAS BOAS, 27
50	DESTINO: E.M. FERNANDES VIEIRA	AV. TANCREDO NEVES, 5/N
51	DESTINO: E.M. FRANCISCA MOURA	RUA: SILVINO SANTOS, 27
52	DESTINO: E.M. FREI ALBINO	RUA: JOAO BATISTA DE MENEZES 245 JD OCEANIA
53	DESTINO: E.M. HUGO MOURA	RUA: JAGUINES VARELA, 113
54	DESTINO: E.M. JOSE DE BARROS MOREIRA	AV. MONTE CASTELO, 6
55	DESTINO: E.M. MORE, OSWALD COUTINHO	RUA: CELSINA PARRA, 5/N
56	DESTINO: E.M. NAZINHA BARBOSA	RUA: FRANCISCO BRANDÃO, 829
57	DESTINO: E.M. RODRIGO OTAVIO	AV. MATO GROSSO, 988
58	DESTINO: E.M. RUY CARNEIRO	RUA: JOAO DE BRITO LIMA MOURA 180
59	DESTINO: E.M. SERAFICO DA NOBREGA	RUA: UBRISAIRA TARGINO BOTTO, 36

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://assinaturas1doc.com.br/verificacao/5506-df59-1046-130a> e informe o código E5506-df59-1046-130a.



60	DESTINO: E.M. VIOLETA FORMIGA	RUA: ALFREDO JOSE DE ATAIDE, 5N
<b>POLO 07</b>		
61	DESTINO: E.M. ANAYOR BEIRIZ	AV. CIDADE DE CAJAZEIRAS, 5N
62	DESTINO: E.M. CARVALHO LEITE MAGALHAES	RUA: MANOEL DE PAULA MAGALHAES, 57
63	DESTINO: E.M. DEF. ANTONIO NOMEINANDO DINIZ	RUA: MARIA ROSIETE ROCHA DA SILVA, 50, MUMBABA
64	DESTINO: E.M. GUARTE DA SILVEIRA	RUA: DA ACAD, 5N
65	DESTINO: E.M. EDNE TAVARES	RUA: MADAGASCAR, MUMBABA
66	DESTINO: E.M. JOAO MONTEIRO DA FRANCA	RUA: JOSE DA CUNHA, 101
67	DESTINO: E.M. LYNALDO C. DE ALBUQUERQUE	RUA: MARTINHO LUTERO, 520
68	DESTINO: E.M. MARTEIRO LOBATO	RUA: LOUVALEDO CESAR, 360
69	DESTINO: E.M. PIES, JOAO PESSOA	RUA: AUTO DE JOAO DA CRUZ (RES GERVASIO MAA)
<b>POLO 08</b>		
70	DESTINO: E.M. (ANEXO) CASTRO ALVES	PRACA DR. LAURO WANDERLEY
71	DESTINO: E.M. ANTONIO NAVARRO	RUA: NOSSA SRA. DO ROSARIO, 175-319
72	DESTINO: E.M. GARY RIBEIRO	RUA: GISONITA DA SILVA PEREIRA, 5N
73	DESTINO: E.M. ANTONIO LUCIA NAVARRO BRAGA	RUA: ALBERTO DE MIRANDA HENRIQUES 5N
74	DESTINO: E.M. DEF. ANTONIA LUCIA NAVARRO BRAGA	RUA: SEVERINO VICENTE AMORIM - GRAMAME
75	DESTINO: E.M. ERNANY SATYRO	RUA: JOSE HILANES, 130
76	DESTINO: E.M. FERNANDO PAULO CARRILHO MILANEZ	RUA: BLUME NAI, 5N
77	DESTINO: E.M. JOSE DE ARAUJO	RUA: JOSE F. BENEDES DUIN S/N
78	DESTINO: E.M. LUCIA GIOVANNA D. DE MELO	RUA: MARIA AVELINA DA SILVA ROCHA CONJ. GERVASIO MAA
79	DESTINO: E.M. LADIMAR TRINDADE CUNHA LIMA	RUA: JOSE BENEDES DE PAIVA, 14M
80	DESTINO: E.M. PEDRA DO RINHO	RUA: FERNANDO JORGE DE ANDRADE, 171
81	DESTINO: E.M. BALARINDO NONATO	RUA: SAO SALVADOR, 25
82	DESTINO: E.M. THARCILIA BARBOSA DA FRANCA	RUA: NOSSA SENHORA DA PAZ, 72
<b>POLO 09</b>		
83	DESTINO: E.M. ALMIRANTE BARROSO	AV. ENGENHEIRO RETUMBIA, 240
84	DESTINO: E.M. ANALICE GONCALVES CARVALHO	RUA: QUATRO DE OUTUBRO, 53
85	DESTINO: E.M. APOLOMIO SALES DE MIRANDA	RUA: IVAN DE ASSIS COSTA, 108
86	DESTINO: E.M. CASTRO ALVES	RUA: ESMERALDO GOMES VIEIRA, 195
87	DESTINO: E.M. EULAMIRA DE NOVAIS	RUA: SANTA TEREZA, 570

SEQ	UNIDADE ESCOLA INTEGRAL	ENDEREÇO
<b>POLO 02</b>		
1	DESTINO: E.M.T.J. CEMARI ARTHUR DA COSTA FREIRE	RUA: JOSE MARCONI BOMOS DA SILVA
2	DESTINO: E.M.T.J. AUGUSTO DOS ANJOS	RUA: OLIVIO DE ALMEIDA OLIVEIRA, 393
3	DESTINO: E.M.T.J. FRANCISCO EDUARDO DE AGUIAR	RUA: GER. MARCEL, 516
4	DESTINO: E.M.T.J. PE. BARTOLOMEU DE GUARARÉ	RUA: JOANA DOMINGOS ALVES, 120
5	DESTINO: E.M.T.J. UIRABAMA JARDIM BOTTO	AV. DR. FRAZENDINHO, 950
<b>POLO 03</b>		
6	DESTINO: E.M.T.J. ANA NERY	RUA: JOSE GOMES DE ABRIL, 142
7	DESTINO: E.M.T.J. ARNALDO DE BARROS MOREIRA	RUA: CAPITAO FRANCISCO PEREIRA, 375
8	DESTINO: E.M.T.J. DOM JOSE MARIA PIRES	RUA: AMBROSIO RODRIGUES DE SOUZA, 71-180
9	DESTINO: E.M.T.J. JOAO MEDEIROS	RUA: JOSE ROVAIS, 14
10	DESTINO: E.M.T.J. JOAO SANTA CRUZ	AV. DES. SANTOS ESTANISLAU, 460
11	DESTINO: E.M.T.J. JOAO XIP	RUA: DE SOUSA, 27
12	DESTINO: E.M.T.J. SEVERINO PATRICIO	RUA: INDO ARABIMBA, 5N
<b>POLO 04</b>		
13	DESTINO: E.M.T.J. JOSE EUSEBIO LINS DE ALBUQUERQUE	RUA: PEDRO PATRICK SOUZA, 5N
14	DESTINO: E.M.T.J. RADE OLINDO FELTOSA	RUA: CAMOISA FORMOSA, 5N
<b>POLO 05</b>		
15	DESTINO: E.M.T.J. CONEGO JOAO DE DEUS	AV. EXPEDICIONARIOS, 728
16	DESTINO: E.M.T.J. LUIZ EDUARDO	RUA: NOSSA CARLA DE FERNANDES LIMA, 488
<b>POLO 06</b>		
17	DESTINO: E.M.T.J. CIRCO XAVIER	RUA: ELEBRO SANTIAGO, 5/N
18	DESTINO: E.M.T.J. LUIS AUGUSTO CRISPIM	AV. TANCREDO NEVES, 5/N
<b>POLO 07</b>		
19	DESTINO: E.M.T.J. DUQUE DE CAJIAS	RUA: GRACIANO DE LUGADO, 284
20	DESTINO: E.M.T.J. PAULO FREIRE	RUA: MARTINHO LUTERO
<b>POLO 08</b>		
21	E.M.T.J. CELSO M. FURTADO	RUA: MARIA CARNEIRO DOS SANTOS, 50 - B. JOAO PAULO II
<b>POLO 09</b>		
22	E.M.T.J. OSCAR DE CASTRO	RUA: LIMA FILHO, 147 - B. CRUZ DAS ARMAS

	CMS	100
	ESCOLAS	87
	INTEGRAIS	22
		209

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://assinaturas1doc.com.br/verificacao/5506-df59-1046-130a> e informe o código E5506-df59-1046-130a.



ANEXO II

MODELO DE PROJETO DE VENDA PARA GRUPOS FORMAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 10.001/2024

I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

GRUPO FORMAL

1. Nome do Proponente

2. CNPJ

3. Endereço

4. Município/UF

5- Email

6. DDD/Fone

7. CEP

8- Nº DAP Jurídica

9. Banco

10. Agência Corrente

11. Conta Nº da Conta

12. Nº de Associados

13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006

14. Nº de Associados com DAP Física

15. Nome do representante legal

16. CPF

17. DDD/Fone

18. Endereço

19. Município/UF

II – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Unidade

2. Município/UF

3. Endereço

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://assinaturas1doc.com.br/verificacao/5506-df59-1046-130a> e informe o código E5506-df59-1046-130a.



4. CNPJ						
III – RELAÇÃO DE PRODUTOS						
	1.Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço de Aquisição*		5.Cronograma de Entrega dos Produtos
				4.1.Unitário	4.2.Total	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
Local e Data:		Assinatura do Representante do Grupo Formal				

MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS INFORMAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 10.001/2024					
I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES					
GRUPO INFORMAL					
1. Nome do Proponente			2. CPF		
3. Endereço			4. Município/UF		5. CEP
6. E-mail (quando houver)			7. Fone		
8.Organizado por Entidade Articuladora( ) Sim ( ) Não		9.Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		10. E-mail/Fone	
II – FORNECEDORES PARTICIPANTES					
1. Nome do Agricultor (a) Familiar		2.CPF	3.DAP	4. Banco	5.Nº Agência
					6. Nº Conta Corrente

III – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC	
1. Nome da Unidade	
2.Município	
3. Endereço	
4. CNPJ	

IV – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS						
	1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço de Aquisição* /Unidade	6.Valor Total
						Total agricultor
						Total agricultor
						Total agricultor
Total do projeto						
OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).						

Assinado por: JOÃO PESSOA, AMÉRICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa-1doc.com.br/verificacao/5059-1045-130A e informe o código 5059-1045-130A



V – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO					
1.Produto	2.Unidade	3.Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto	6.Cronograma de Entrega dos Produtos
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Local e Data:				Fone/E-mail:	
	Assinatura do Representante do Grupo Informal			CPF:	
Local e Data:	Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal			Assinatura	

MODELO PROPOSTO PARA OS FORNECEDORES INDIVIDUAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE						
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 10.001/2024						
I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR						
FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL						
1. Nome do Proponente			2. CPF			
3. Endereço		4. Município/UF		5.CEP		
6. Nº da DAP Física		7. DDD/Fone		8. E-mail (quando houver)		
9. Banco		10. Nº da Agência		11. Nº da Conta Corrente		
II- Relação dos Produtos						
Item	Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*		Cronograma de Entrega dos produtos
				Unitário	Total	
III – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1. Nome da Unidade				2. Município		
3. Endereço						
4. CNPJ						
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
Local e Data:		Assinatura do Fornecedor Individual				

ANEXO III  
MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 25.027/2024  
Chamada Pública nº 10.001/2024  
Contrato nº XX.XXX/202X

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/SEDEC, E A EMPRESA

A Prefeitura Municipal João Pessoa, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Diógenes Chianca, Água Fria, nº 1777, inscrita no CNPJ sob nº 08.778.326/0001-56, através da Secretaria Municipal de Educação, representada neste ato pela secretária de educação Maria América Assis de Castro no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções do FNDE relativas ao PNAE doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal ou fornecedor individual), com situado à Av. nº \_\_\_\_\_, em (município), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ (para grupo formal), CPF sob nº \_\_\_\_\_ (grupos informais e individuais), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 14.133/2021, e tendo em vista o que consta na **CHAMADA PÚBLICA Nº 10.001/2024** resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1.1. É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, semestre de 2024, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com o edital da chamada pública nº 10.001/2024, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

2.1. O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1. O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 40.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

4.1. Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ \_\_\_\_\_.

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

ITEM	PRODUTO	UNID.	QUANT.	PERIODICIDADE DE ENTREGA	PREÇO DE AQUISIÇÃO	
					PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1						
2						
Valor Total do Contrato R\$ .....						

c) Forma de solicitação de fornecimento:

c.1. O fornecimento dos produtos objeto desta chamada pública será solicitado pelo Nutricionista Responsável Técnico e/ou Quadro Técnico da Divisão de Alimentação Escolar, através de comandas de pedidos de gêneros, enviadas por e-mail, após assinatura dos contratos.

c.2. O prazo para entrega dos PRODUTOS será no máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da solicitação.

c.3. Os produtos, objeto do presente contrato, deverão ser acondicionados e entregues adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte. Os volumes contendo os produtos deverão estar identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal.

c.4 O início da entrega dos gêneros alimentícios ocorrerá imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, sendo o prazo do fornecimento até XX de \_\_\_\_ de 2024.

c.5 O prazo de vigência do presente contrato de aquisição de que trata essa Chamada terá início na data de recebimento da Nota de Empenho pelo Contratado.

c.6 A entrega dos gêneros alimentícios nos locais estabelecidos:

c.6.1. A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser realizada nos locais, dias e quantidades estabelecidos, de acordo com a chamada pública e com a solicitação da Divisão de Alimentação Escolar, efetuando a entrega do produto objeto do empenho, de acordo com a necessidade e o interesse da Secretaria de Educação e Cultura, no prazo estabelecido de acordo com o contrato.

d) Local de execução ou entrega do bem:

d.1 A entrega dos gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis deverá ser realizada nas unidades de ensino respeitando os horários:

I - Escolas: no período das 7h às 12h e 13h às 16h, de segunda-feira a quinta-feira e

II – CMEIS: no período das 7h às 12h e 13h às 16h, de segunda-feira a quinta-feira.

CLÁUSULA QUINTA:

5.1 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

5.2. O Manual de Recebimento dos Gêneros Alimentícios para as Escolas e Centros de Referência de Educação Infantil dita às normas e regras para o recebimento e controle de consumo destes gêneros em todas as unidades de Ensino do Município para o controle da qualidade e quantidade de todos os gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis que abastecem as unidades escolares de João Pessoa.

5.3. Os gêneros serão enviados pelos fornecedores às unidades de ensino, de acordo com as comandas de pedido enviadas pela Divisão de Alimentação Escolar, que deverá ser em papel timbrado contendo o item enviado e quantitativo, esta comanda deverá ter assinatura com letra legível e matrícula da pessoa que

estiver recebendo, como também a matrícula ou registro de identidade, do entregador dos gêneros, bem como observações caso seja necessário.

5.4. Devem ser observados no recebimento dos gêneros não perecíveis e perecíveis: caminhão (fechado, limpo, refrigerado), a quantidade, a qualidade dos produtos, a data de validade, de no mínimo seis meses a partir da data de entrega, a marca, o peso unitário, de acordo com o aprovado nesta chamada pública.

5.5. Após conferir todos os itens acima, as comandas devem ser assinadas, caso as observações não estejam satisfatórias, o responsável deverá recusar o recebimento do gênero e fazer observação na comanda, informando imediatamente a Divisão de Alimentação Escolar.

5.6. Todos os gêneros devem apresentar rótulo, exceto hortifrutigranjeiro, contendo as informações sobre o produto e, no caso de carnes, laticínios e derivados deverá conter, o Selo de Identificação Federal (SIF), Estadual (SIE) ou Municipal (SIM).

CLÁUSULA SEXTA:

6.1 ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2 A contratante deverá promover o acompanhamento e a fiscalização quando da entrega dos produtos, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA a ocorrência de qualquer fato que exija medidas corretivas por parte desta.

6.1.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E50E-8F59-164E-136A e informe o código E50E-8F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E50E-8F59-164E-136A e informe o código E50E-8F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E50E-8F59-164E-136A e informe o código E50E-8F59-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E50E-8F59-164E-136A e informe o código E50E-8F59-164E-136A



6.1.7 A Divisão de Alimentação Escolar realizará uma visita técnica nas dependências das cooperativas ganhadoras para verificar se as mesmas seguem as Boas Práticas de Fabricação, avaliando a padronização da matéria-prima/produtos, assim como suas instalações, com base na norma NBR 12966/1993 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da Resolução RDC 275 de 21 de outubro de 2002, com o intuito de garantir a oferta de um alimento seguro.

6.2. Fiscalização

6.2.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

6.2.2. Ficam designadas para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens as servidoras abaixo relacionadas:

FISCAIS ADMINISTRATIVOS			
MATRÍCULA	CRN	NOME	
23.206-8	1965	TATIANA VIEIRA DOS SANTOS MELO	
102.940-8	16401	IRENE RICELLI FERREIRA DE LIMA	

FISCAIS TÉCNICOS			
MATRÍCULA	CRN	NOME	POLO
102.226-3	18834	ALINE DE JESUS DA CONCEIÇÃO SILVA	7
102.248-4	8277	MARIANGELA SILVESTRE PEREIRA	5
102.262-0	34208	SAMARA QUEIROZ DA SILVA	2
102.228-0	34333	AMANDA PATRÍCIO CARVALHO	9
97.366-1	16257	FLAVIA GABRIELLY QUEIROZ DE LIMA	4
90.214-4	15646	TATIANY HEMELLY MARQUES	6
90.388-4	39806/P	AMANDA ROSA ALVES	3
102.937-3	20303	MONIK SABRINA LAURENTINO DE MORAIS	1
102.947-1	5688	JOANA ROSA GOMES AMARAL	8

6.2.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput, e Decreto Municipal 10.535/2023).

6.2.2.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal 10.535/2023);

6.2.2.3. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato

todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto Municipal 10.535/2023);

6.2.2.4. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal 10.535/2023);

6.2.2.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal 10.535/2023).

6.2.2.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal 10.535/2023).

6.2.2.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII, e Lei nº 15.067/2024, art. 19, VII).

6.2.2.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal 10.535/2023).

6.2.2.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV e Decreto Municipal 10.535/2023).

6.3. Gestor do Contrato

6.3.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal 10.535/2023).

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da

contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal 10.535/2023).

6.3.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal 10.535/2023).

6.3.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal 10.535/2023).

6.3.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal 10.535/2023).

6.3.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA:

7.1 GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

7.1.1 Efetuar a troca dos produtos considerados sem considerações de consumo e substituir os produtos porventura fora das especificações constantes nesta Chamada Pública, no prazo de 24 horas contado do recebimento da comunicação expedida pela Divisão de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA OITAVA:

8.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Classificação	Natureza	Fonte de Recursos
---------------	----------	-------------------

10.101.12.306.5417.102514	3.3.90.32	552 - Recursos FNDE/PNAE – Ensino Fundamental I e II
10.101.12.306.5417.102515	3.3.90.32	552 - Recursos FNDE/PNAE – PNAC–Creche
10.101.12.306.5417.102516	3.3.90.32	552 - Recursos FNDE/PNAE – Pré-Escola
10.101.12.306.5417.102517	3.3.90.32	552 - Recursos FNDE/PNAE – EJA
10.101.12.306.5417.102518	3.3.90.32	552 - Recursos FNDE/PNAE – AEE
10.101.12.306.5417.102519	3.3.90.32	552 - Recursos FNDE/PNAE – QUILBOLA
10.101.12.366.5417.102684	3.3.90.30	569 - Recursos FNDE-PEJA

8.2. Os pagamentos dos fornecedores serão processados dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento dos itens, que serão apresentadas ao Setor de Alimentação Escolar, para conferência e aprovação, de acordo com o termo de recebimento, ou seja, contado pela contratada do atesto das notas fiscais/faturas, vedada a antecipação de pagamento, para cada faturamento.

CLÁUSULA NONA:

9.1. O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea “a”, e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA:

10.1. O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

11.1. CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 7º do artigo 57 da Resolução do FNDE que dispõe sobre o PNAE as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

12.1. É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-BF55-164E-136A> e informe o código ESDE-BF55-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-BF55-164E-136A> e informe o código ESDE-BF55-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-BF55-164E-136A> e informe o código ESDE-BF55-164E-136A



Assinado por 1 pessoa: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-BF55-164E-136A> e informe o código ESDE-BF55-164E-136A



13.1. O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infulção contratual ou inaptdição do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

e) Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

14.1. A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

15.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

15.2. Aham-se designadas para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens as servidoras abaixo relacionadas: Responsável ora citado na Cláusula sexta.

15.3. A Divisão de Alimentação Escolar irá realizar uma visita técnica (nas cooperativas ganhadoras) para verificar se as mesmas seguem as Boas Práticas de Fabricação, avaliando a padronização da matéria prima/produtos, assim como suas instalações, com base na norma NBR 12966/1993 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da Resolução RDC 275 de 21 de outubro de 2002, com o intuito de garantir a oferta de um alimento seguro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

16.1. O presente contrato rege-se, ainda, pela CHAMADA PÚBLICA N.º 10.001/2024, pela Resolução CD/FNDE nº 06/2020, pela Lei nº 14.133/2021 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

17.1. Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

18.1. As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio do e-mail: [licitacao@educa.joapessoa.pb.gov.br](mailto:licitacao@educa.joapessoa.pb.gov.br) e no telefone (83) 3213-5507 ou (83) 3213-5523.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

19.1. Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

20.1. O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31/12/2024.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

21.1. É competente o Foro da Comarca de João Pessoa/PB para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento.

João Pessoa \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

CONTRATADA

CONTRATANTE

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EMPREGABILIDADE DE MENOR

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto na Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

João Pessoa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Nome e Assinatura do representante legal

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento, sob a forma de EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 10.001/2024, instaurado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, que não fomos declarados inidôneos contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

João Pessoa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Nome e Assinatura do representante legal

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE PARENTESCO COM AGENTE PÚBLICO

Para fins de participação na licitação (indicar o nº registrado no Edital), a (NOME COMPLETO DO PROPONENTE) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada(o) à \_\_\_\_\_(ENDEREÇO COMPLETO), representado por (NOME COMPLETO DOS SÓCIOS) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_ declara(amos), sob as penas da lei, que até a presente data que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nem deles é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos moldes do (Acórdão nº 1.160/08, Plenário, Rel. Min. Valmir Campelo, DOU de 24.06.2008) , com vista dos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade e disposições no art. 14º, IV, da Lei 14.133/2023.

Local e data

Nome e identificação do declarante

Assinado por: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-138A> e informe o código ESDE-6F59-164E-138A



Assinado por: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-138A> e informe o código ESDE-6F59-164E-138A



Assinado por: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-138A> e informe o código ESDE-6F59-164E-138A



Assinado por: AMERICA CASTRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/ESDE-6F59-164E-138A> e informe o código ESDE-6F59-164E-138A





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E50E-6F59-164E-136A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 22/10/2024 11:26:04 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/E50E-6F59-164E-136A>

SECITEC

FESTIVAL DE APLICATIVOS DA INICIATIVA CODE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024  
PARA O FESTIVAL DE APLICATIVOS DA INICIATIVA CODE

A Prefeitura Municipal de João Pessoa - PMJP, através das Secretarias Municipais de Educação e Cultura (SEDEC) e Ciência e Tecnologia (SECITEC), torna público o concurso Festival de Aplicativos da Iniciativa CODE das Escolas Municipais de João Pessoa, para os alunos da rede pública municipal de João Pessoa.

1. DO CODE

- 1.1. O Projeto CODE (Codificar para Desenvolver) é um projeto que visa integrar o ensino de programação de computadores nas escolas públicas do ensino fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º anos) da rede municipal de João Pessoa;
- 1.2. O CODE iniciou as atividades em maio de 2024 com a inscrição de 56 (cinquenta e seis) escolas da rede municipal de João Pessoa, conforme ANEXO I.

2. DO FESTIVAL DE APLICATIVOS DA INICIATIVA CODE

2.1. OBJETIVO

- 2.1.1. O evento tem o objetivo de promover a criatividade dos alunos integrantes do Projeto CODE, através da construção de aplicativos para dispositivos Android<sup>1</sup> na plataforma MIT App Inventor<sup>2</sup>.

2.2. PRÉ-REQUISITOS

- 2.2.1. Ser um aluno regularmente matriculado no fundamental II da rede pública municipal de João Pessoa no ano letivo 2024;
- 2.2.2. Estar regularmente inscrito no Projeto CODE até a data final de inscrição do Festival, conforme cronograma deste Edital.

2.3. FORMAÇÃO DAS EQUIPES

- 2.3.1. Poderão ser formadas equipes compostas por no mínimo 01 (um) e no máximo 6 (seis) membros, incluindo um tutor.
- 2.3.2. Cada equipe só pode ter um tutor.
- 2.3.3. Cada equipe deve possuir um líder em sua formação, seja ele monitor ou não.
- 2.3.4. Cada aluno do CODE pode participar de mais de uma equipe, desde que o aplicativo submetido seja diferente.

2.4. ETAPAS

- 2.4.1. O Concurso contará com 02 (duas) Etapas:

2.4.1.1. A primeira etapa consistirá na avaliação dos aplicativos homologados por um júri técnico. A partir das notas do júri será criado um ranqueamento dos aplicativos mais relevantes. De acordo com essa classificação as equipes melhores colocadas irão para a segunda etapa.

2.4.1.1.1. O número de equipes que irão para a segunda etapa será de 40% do valor total de submissões homologadas.

2.4.1.2. A segunda etapa, ou etapa final, consistirá da avaliação dos aplicativos finalistas em três categorias:

- Categoria 1: **Melhor aplicativo técnico**, a escolha dessa categoria será feita por um júri técnico;
- Categoria 2: **Melhor aplicativo popular**, a escolha dessa categoria será feita por votação popular disponível no site da <https://snctjp.com.br/>;
- Categoria 3: **Destaque potencial de mercado**, a escolha dessa categoria será feita por representantes de empresas de João Pessoa;

3. INSCRIÇÃO

- 3.1. Cada equipe inscrita pode submeter 01 (um) aplicativo, implementado pela equipe com temática livre e um vídeo, e estes **não devem possuir conteúdo político, discriminatório ou de cunho sexual**.
- 3.2. As equipes podem enviar mais de um aplicativo, devendo para tal realizar inscrição e submissão para cada aplicativo submetido.
- 3.3. Cada membro da equipe deve encaminhar o ANEXO III aos responsáveis, para que o documento seja preenchido, assinado e anexado no ato da inscrição.
- 3.4. Submissões com conteúdo indevido ou que não apresentem uma descrição do aplicativo e uma versão funcional deste serão desclassificadas em qualquer etapa do festival.
- 3.5. Os projetos submetidos devem considerar os seguintes aspectos:
  - 3.5.1. Apresentação do produto (aplicativo);
  - 3.5.2. Completude da solução (aplicativo implementado e funcionando).

3.6. As equipes interessadas deverão inscrever seus projetos através do formulário que está disponível no link [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScgKcT9ND528il05l\\_ZSkPZlwsj1kxbAKKmk6hviFwIqaw/closedform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScgKcT9ND528il05l_ZSkPZlwsj1kxbAKKmk6hviFwIqaw/closedform) durante o período que consta no edital;

- 3.7. As inscrições são gratuitas;
- 3.8. Não há limite de vagas para cada escola.
- 3.9. A Comissão Organizadora do Festival de Aplicativos da Iniciativa CODE não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados;

3.10. Para realizar a inscrição cada equipe deve:

- 3.10.1. Enviar 01 (um) vídeo com no mínimo 01 (um) e no máximo no máximo 03 (três) minutos apresentando seu respectivo aplicativo;
- 3.10.1.1. Instruções de como o vídeo deve ser gravado estão descritas no ANEXO II deste edital;
- 3.10.2. Realizar a submissão do aplicativo;
- 3.10.3. Enviar no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) imagens de capturas de tela (screenshots) que mostram diferentes telas do aplicativo;
- 3.10.4. Nome do aplicativo;
- 3.10.5. Nome completo dos integrantes da equipe;
- 3.10.6. Breve descrição do aplicativo, com até no máximo 600 caracteres;
- 3.10.7. Informar a escola onde estuda;
- 3.10.8. Nome do tutor CODE responsável pela equipe, caso tenha.

3.11. A lista de equipes inscritas será publicada no site <https://snctjp.com.br/>, de acordo com a data do cronograma deste edital.

4. DA PRIMEIRA ETAPA

- 4.1. A primeira etapa consistirá em uma avaliação técnica dos aplicativos homologados. Esta avaliação será realizada por um júri técnico composto por profissionais da área de tecnologia.
- 4.2. Os critérios de avaliação da primeira etapa são:
  - Funcionalidade
  - Facilidade de uso
  - Originalidade e criatividade
  - Desempenho técnico
  - Relevância e impacto social
- 4.3. Cada aplicativo será avaliado por dois jurados, de acordo com os critérios definidos acima, a nota final será dada pela média aritmética dos dois avaliadores.
- 4.4. A lista de equipes finalistas será divulgada de acordo com as datas do cronograma deste edital.
- 4.5. Conforme item 2.4.1.1.1. deste edital, passarão para a segunda etapa 40% do total de aplicativos homologados e ranqueados após a avaliação do júri técnico..

5. DA SEGUNDA ETAPA

- 5.1. Todos os classificados na primeira etapa estarão aptos a concorrer nas categorias da segunda etapa;
- 5.2. As equipes vencedoras de cada categoria serão premiadas.
- 5.3. A lista de equipes finalistas da segunda etapa será divulgada de acordo com as datas do cronograma deste edital.
- 5.4. A Comunidade será convidada para votação da Categoria 2 - **Melhor Aplicativo Popular** no site <https://votacaoode.snctjp.com.br/>. A votação estará disponível a partir da data que consta no cronograma deste edital.

7. DA PREMIAÇÃO

- 7.1. Todas as equipes que tiveram suas inscrições homologadas na competição receberão certificados de participação.
- 7.2. Serão concedidos prêmios às equipes que vencerem as categorias da competição.
  - 7.2.1. A premiação será de 5 (cinco) mil reais para cada uma das equipes vencedoras, compostas por alunos da Iniciativa CODE e o tutor da equipe.
  - 7.2.2. A premiação acontecerá no dia **29 de novembro de 2024** durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2024, que será realizada no Espaço Cultural José Lins do Rego, rua Abdias Gomes de Almeida, nº 800, bairro Tambauzinho, cidade de João Pessoa, Paraíba.
  - 7.2.3. Os prêmios serão financiados com recursos obtidos dos patrocinadores da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada pela Secretaria de Ciência Tecnologia da Prefeitura Municipal de João Pessoa.
- 7.3. A premiação será concedida a todos os integrantes da equipe, incluso o tutor.
- 7.4. Cada equipe só poderá receber o prêmio de uma categoria, caso alguma equipe fique em primeiro em duas categorias, a equipe receberá a premiação de acordo com a ordem de prioridade descrita abaixo, e na outra categoria será dada menção honrosa. A classificação para receber a premiação seguirá a seguinte ordem de prioridade:

- Categoria 2: **Melhor aplicativo popular**;
- Categoria 1: **Melhor aplicativo técnico**;
- Categoria 3: **Destaque potencial de mercado**;

Assinado por 1 pessoa: GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/AFA2-7659-3B46-8069> e informe o código AFA2-7659-3B46-8069



Assinado por 1 pessoa: GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/AFA2-7659-3B46-8069> e informe o código AFA2-7659-3B46-8069



8. DO CRONOGRAMA

Lançamento do Edital	21 de outubro
Prazo de impugnação do edital	22 de outubro
Inscrições	21 de outubro a 11 de novembro
Divulgação das equipes inscritas	12 de novembro
Período de recurso de inscrição indeferida	12 de novembro
Período de Avaliação por Júri Técnico - PRIMEIRA ETAPA	13 a 20 de novembro
Divulgação das equipes finalistas para a SEGUNDA ETAPA	21 de novembro

Período de recurso	22 de novembro
Período de Votação Aberta no Site	25 a 28 de novembro
Premiação das equipes vencedoras	29 de novembro

9. DO RESULTADO

9.1. O resultado será divulgado no site <https://snctjp.com.br/>, conforme datas do cronograma deste edital.

10. DOS DIREITOS AUTORAIS

10.1. São de inteira responsabilidade dos(as) autores(as), possíveis reivindicações de terceiros acerca da autoria das produções inscritas neste festival, bem como possível registro de propriedade do aplicativo produzido.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. O presente Edital, suas possíveis retificações e resultados serão publicados no diário oficial e site <https://snctjp.com.br/>;
- 11.2. A inscrição no festival implica na autorização abrangente do uso da imagem e/ou vídeos dos inscritos à Prefeitura Municipal de João Pessoa, sem finalidade comercial, para ser utilizada nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do **Festival de Aplicativos da Iniciativa CODE**. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem em todo território nacional e no exterior, para fins de publicidade, jornalístico, editorial, didático e acadêmico.
- 11.3. A inscrição no presente Processo Seletivo implica o conhecimento e a concordância expressa com as normas e as informações constantes neste Edital;
- 11.4. Todas as dúvidas, sugestões, recursos e impugnações, ou qualquer outra forma de comunicação com a equipe técnica, devem ser enviadas única e exclusivamente por meio do endereço de e-mail [festivaldeaplicativoscode@gmail.com](mailto:festivaldeaplicativoscode@gmail.com);
- 11.5. É de inteira responsabilidade do(a) concorrente certificar-se de que cumpre os requisitos estabelecidos para concorrer no Festival de Aplicativos da Iniciativa CODE e acompanhar, no endereço eletrônico indicado, as publicações referentes ao presente Edital;
- 11.6. Possível detecção de plágio ou qualquer outra ilegalidade, ainda que verificadas durante ou após a realização do Festival de Aplicativos da Iniciativa CODE, implicará em desclassificação sumária do(a) concorrente, ressalvado o direito de ampla defesa, sendo declarados nulos, de pleno direito a inscrição e todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter judicial;
- 11.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Festival de Aplicativos da Iniciativa CODE.

ANEXO I - LISTA DE ESCOLAS

EM ALMIRANTE BARROSO
EM ANITA TRIGUEIRO DO VALLE
EM ANTENOR NAVARRO
EM ANTONIA LUCIA NAVARRO BRAGA
EM ANTONIO NOMINANDO DINIZ
EM ANTONIO SANTOS COELHO NETO
EM APOLONIO SALES DE MIRANDA
EM ARUANDA
EM CANTALICE LEITE MAGALHAES
EM CASTRO ALVES
EM DARCY RIBEIRO
EM DAVID TRINDADE
EM DEPUTADO FERNANDO PAULO CARRILHO MILANEZ
EM DOM HELDER CAMARA
EM DUARTE DA SILVEIRA
EM EDUCADOR FRANCISCO PEREIRA DA NOBREGA
EM FENELON CAMARA
EM FRANCISCA MOURA
EM FRUTUOSO BARBOSA
EM GENERAL RODRIGO OTAVIO
EM INDIO PIRAGIBE
EM JOAO MONTEIRO DA FRANCA
EM LEONIDAS SANTIAGO
EM LUIZ VAZ DE CAMOES
EM MINISTRO JOSE AMERICO DE ALMEIDA
EM MOEMA TINOCO CUNHA LIMA
EM NAZINHA BARBOSA
EM PADRE PEDRO SERRAO
EM PRESIDENTE JOAO PESSOA
EM PROFESSOR AFONSO PEREIRA DA SILVA
EM PROFESSOR DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES
EM PROFESSOR HUGO MOURA

EM PROFESSOR LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
EM PROFESSORA ANAYDE BEIRIZ
EM QUILOMBOLA PROFESSORA ANTONIA DO SOCORRO SILVA MACHADO
EM SANTA ANGELA
EM SANTOS DUMONT
EM SERAFICO DA NOBREGA
EM THARCILLA BARBOSA DA FRANCA
EM VIOLETA FORMIGA
EM VIRGINIUS DA GAMA E MELO
EM ZULMIRA DE NOVAIS
EM ZUMBI DOS PALMARES
EMAI ANALICE CALDAS
EMAI ARNALDO DE BARROS MOREIRA
EMAI CHICO XAVIER
EMAI DUQUE DE CAXIAS
EMAI FREI AFONSO
EMAI GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA
EMAI UBIRAJARA TARGINO BOTTO
EMAI DR SEVERINO PATRICIO
EM COMENDADOR CICERO LEITE
EMAI JOAO XXIII
EMAI PROFESSOR ANISIO TEIXEIRA
EMAI PROFESSOR OSCAR DE CASTRO
EMEI BILINGUE DOM JOSE MARIA PIRES
INSTITUTO DOM ADAUTO

Assinado por 1 pessoa: GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jppessoa.1doc.com.br/verificacao/AFA2-7699-3849-8089> e informe o código AFA2-7699-3849-8089



Assinado por 1 pessoa: GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jppessoa.1doc.com.br/verificacao/AFA2-7699-3849-8089> e informe o código AFA2-7699-3849-8089



Assinado por 1 pessoa: GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://jppessoa.1doc.com.br/verificacao/AFA2-7699-3849-8089> e informe o código AFA2-7699-3849-8089



ANEXO II - ORIENTAÇÕES PARA A GRAVAÇÃO DO VÍDEO

- Antes de gravar seu vídeo, recomendamos que leia com atenção os seguintes itens:
- Antes de começar a filmar, crie um roteiro ou um esboço do que você quer dizer ou mostrar em seu vídeo. Isso ajuda a manter seu vídeo organizado.
  - Certifique-se de que o ambiente onde você está filmando tenha iluminação adequada. A luz natural é uma ótima opção, mas você também pode usar lâmpadas para melhorar a visibilidade.
  - Grave em um lugar silencioso para evitar distrações e ruídos de fundo que possam prejudicar a qualidade do áudio.
  - Caso a gravação seja com o celular, utilize-o na posição horizontal.
  - Evite aparecer na gravação, porém, caso deseje, use o fardamento da escola, e tenha o cuidado de não gravar pontos que possam identificar onde você mora, nem compartilhar imagens de pessoas que não queiram aparecer na gravação ou outras informações sensíveis.
  - Comece o vídeo apresentando de que escola você é e sua equipe. Em seguida, diga o nome do seu aplicativo e descreva-o brevemente, dizendo para que ele serve ou que problema resolve e qual a motivação que o levou a construí-lo. Apresente então o seu aplicativo funcionando, mostrando suas principais telas.
- Após gravar o vídeo, é importante verificar alguns pontos, por exemplo:
- Seu vídeo não compartilhe informações pessoais como nomes completos, endereços, números de telefone.
  - Seu vídeo apresenta informações legais e interessantes sobre o aplicativo. É interessante fornecer uma visão geral do aplicativo, explicar como ele funciona e destacar o porquê dele ser considerado importante.
  - Seu vídeo não contém conteúdo político, discriminatório, ofensivo, bullying, de cunho sexual ou palavrões.
  - Avalie a qualidade do seu vídeo, verifique se a qualidade da imagem está boa, ou seja, se as imagens gravadas conseguem ser vistas com clareza, se o áudio consegue ser escutado de forma clara e se as informações apresentadas conseguem ser compreendidas com facilidade.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DO USO DE IMAGEM, VOZ E APRESENTAÇÃO

Termo de autorização para divulgação de material audiovisual relativo ao Festival de Aplicativos da Iniciativa CODE pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Dados do aluno:

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Dados do Responsável:

Nome completo: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Termo de autorização:

Como responsável legal pelo aluno(a), autorizo, para todos os fins em direito admitidos, a utilização do uso da imagem e voz constantes em fotos, gravações e filmagens decorrentes da participação do aluno no evento **Festival de Aplicativos da Iniciativa CODE** à Prefeitura Municipal de João Pessoa, sem finalidade comercial, para ser utilizada nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do **Festival de Aplicativos da Iniciativa CODE**.

A presente autorização é concedida a título gratuito e por prazo indeterminado, abrangendo o uso da imagem em todo território nacional e no exterior, para fins de publicidade, jornalístico, editorial, didático e acadêmico. **Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à imagem e voz relativo ao aluno.**

João Pessoa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, 20\_\_\_\_\_.

Assinatura do Responsável



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AFA2-7699-3B49-8089

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ GUIDO LEMOS DE SOUSA FILHO (CPF 504.XXX.XXX-49) em 21/10/2024 10:23:12 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/AFA2-7699-3B49-8089>

EXTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 06-719/2024.  
**Objeto:** Aquisição de material permanente - ar-condicionado, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania - SEMUSB.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Ventisol da Amazonia Industria de Aparelhos Elétricos Ltda.  
**Processo:** 31.167/2023  
**Modalidade:** P. E. Nº 06-039/2024 ARP nº 095/2024.  
**Signatários:** Secretário, o Sr. Luiz Eduardo de Menezes Soares, e o Sr. Alexis Suren Tcholakian Morales, representante legal da empresa Ventisol da Amazonia Industria de Aparelhos Elétricos Ltda.  
**Vigência:** 22/10/2024 a 21/10/2025.  
**Valor Total:** R\$ 15.090,00 (quinze mil e noventa reais).

Recursos Financeiros:		
Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
29.101.06.181.5001.291159	1.5.00	44.90.52

Data da assinatura: 21/10/2024

João Pessoa, 21 de Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 06-766/2024.  
**Objeto:** Aquisição de material permanente, para atender as necessidades da Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a AJP de Souza & Cia Comercio Atacadista LTDA.  
**Processo:** 1.725/2023 – 1/DOC  
**Modalidade:** P. E. Nº 06-059/2023 ARP nº 160/2023.  
**Signatários:** Secretária, a Sra. Norma Wanderley da Nóbrega Gouveia, o Sr. Luiz Gil Martins de Souza, representante legal da empresa AJP de Souza & Cia Comercio Atacadista LTDA.  
**Vigência:** 22/10/2024 a 21/10/2025.  
**Valor Total:** R\$ 14.141,60 (Quarenta e um mil e cento e quarenta e um reais e sessenta centavos).

Recursos Financeiros:		
Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
14.101.08.243.5313.142592 14.101.04.122.5001.144437 14.101.08.244.5136.144487 14.101.08.244.5137.144424 14.101.04.122.5315.144491 14.101.08.244.5185.142264	1.5.00	44.90.52

Data da assinatura: 21/10/2024

João Pessoa, 21 de Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 06-771/2024.  
**Objeto:** Aquisição de água mineral, para atender as necessidades da Secretaria de Gestão Governamental – SEGGOV.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa R dos Santos Comercial Ltda.  
**Processo:** 31.670/2023  
**Modalidade:** P. E. Nº 06-028/2024 ARP nº 079/2024.  
**Signatários:** Secretário, o Sr. Aldrovando Grisi Junior, a Sra. Risolange Dos Santos, representante legal da empresa R dos Santos Comercial Ltda.  
**Vigência:** 22/10/2024 a 21/10/2025.  
**Valor Total:** R\$ 9.560,00 (Nove mil quinhentos e sessenta reais).

Recursos Financeiros:

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
71.101.04.122.5001.712041		
71.101.04.121.5097.712142		
71.101.04.123.5369.712715	1.5.00	33.90.30
71.101.04.122.5042.712913		
71.101.08.422.5551.714399		

Data da assinatura: 21/10/2024

João Pessoa, 21 Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 06-774/2024.  
**Objeto:** Aquisição de material de expediente, para atender as necessidades do Instituto Candida Vargas - ICV.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Supra Distribuidora De Materiais Hospitalares Ltda.  
**Processo:** 15.263/2023  
**Modalidade:** P. E. Nº 06-024/2024 ARP Nº 076/2024  
**Signatários:** Diretor, o Sr. Quintino Regis De Brito Neto, o Sr. Auristone Pereira Pessoa, representante legal da empresa Supra Distribuidora De Materiais Hospitalares Ltda.  
**Vigência:** 22/10/2024 a 21/10/2025.  
**Valor Total:** R\$ 15.559,60 (Quinze mil quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos).

Recursos Financeiros:

Dotação orçamentária	FR	Elemento de Despesa
13.201.04.122.5001.452041	1.6.59	33.90.30

Data da assinatura: 18/10/2024

João Pessoa, 21 de Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 06-775/2024.  
**Objeto:** Aquisição de água mineral, para atender as necessidades da Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania - SEMUSB.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa R dos Santos Comercial Ltda.  
**Processo:** 31.670/2023  
**Modalidade:** P. E. Nº 06-028/2024 ARP nº 079/2024.  
**Signatários:** Secretário, o Sr. Luiz Eduardo de Menezes Soares, a Sra. Risolange Dos Santos, representante legal da empresa R dos Santos Comercial Ltda.  
**Vigência:** 22/10/2024 a 21/10/2025.  
**Valor Total:** R\$ 30.797,00 (Trinta mil setecentos e noventa e sete reais).

Recursos Financeiros:

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
29.101.06.122.5001.292646	1.5.00	33.90.30

Data da assinatura: 21/10/2024

João Pessoa, 21 Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**Instrumento:** Termo Aditivo n.º 03 Contrato n.º 06-342/2022.  
**Objeto:** Para retificação do índice de reajuste contratual - Contratação de prestação de serviços técnicos especializada na prestação de serviço de engenharia, sob demanda, destinados à manutenção predial preventiva e corretiva das unidades da Secretaria Municipal de Saúde – SMS.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa EMKO Construtora Eireli.  
**Processo:** 2.608/2022  
**Modalidade:** Adesão nº 06-010/2022 à ARP nº 001/2021SSP/DG da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia do P.E. nº 013/2021.  
**Signatários:** Secretário, o Sr. Luis Ferreira de Sousa Filho, e o Sr. Cesar Petrulli do Amaral Rocha, representante legal da empresa EMKO Construtora Eireli.  
**Vigência:** até 09/06/2025.  
A presente retificação do índice utilizado para o reajuste do valor do contrato tem como base o comando decisório no Acórdão 3.119/2024 da 2ª câmara do TCU, e a fim de evitar eventual aplicação de sanção a esta municipalidade e/ou aos seus gestores pela aludida Corte de Contas que recomendou que os eventuais reajustes futuros aplicados ao contrato nº 06.342/2022 sejam feitos com base no Índice da Construção Civil – INCC.  
**Data da assinatura:** 18/10/2024

João Pessoa, 21 de Outubro de 2024.

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**Instrumento:** Termo Aditivo n.º 05 ao Contrato n.º 04-360/2020.  
**Objeto:** Prorrogação por 12 (doze) meses – contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, com e sem inclusão de condutor, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SMS.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e a empresa Locadora de Veículos Caxangá Ltda.  
**Processo:** 2019/094725  
**Modalidade:** P.E. Nº 04-088/2019 ARP Nº 218/2019.  
**Signatários:** Secretário, o Sr. Luis Ferreira de Sousa Filho, e o Sr. Carlos Frederico de Almeida, representante legal da empresa Locadora de Veículos Caxangá Ltda.  
**Vigência:** 22/10/2024 a 21/10/2025.  
**Valor Total:** R\$ 105.480,00 (cento e cinco mil quatrocentos e oitenta reais).

Recursos Financeiros:

Classificação Funcional	FR	Elemento de Despesa
13.301.10.301.5005.464278	1.6.00	3.3.90.39

Data da assinatura: 21/10/2024

João Pessoa, 21 de Outubro de 2024

Ariosvaldo de Andrade Alves  
Secretário de Administração



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 5B47-379C-62B9-9411

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ROBERTO NAVES DE OLIVEIRA (CPF 267.XXX.XXX-34) em 21/10/2024 15:37:12 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ARIOSVALDO DE ANDRADE ALVES (CPF 007.XXX.XXX-05) em 21/10/2024 17:17:33 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/5B47-379C-62B9-9411>

EXTRATO DE CONTRATO

**Instrumento:** Contrato n.º 09-0001/2024.  
**Objeto:** Contratação de Empresa Especializada Na Oferta de Contratação Da Prestação De Serviços De Treinamento Sobre Uso Correto, Guarda e Conservação de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) Utilizados Pelos Coveiros E Programa de Gerenciamento de Risco.  
**Partes:** Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Instituto de Pesquisa e Promoção Do Desenvolvimento e da Sustentabilidade.  
**Processo:** 25.587/2024 – 1 DOC  
**Modalidade:** Inexigibilidade N° 09-001/2024.  
**Signatários:** Secretário, o Sr. Rodrigo Fagundes De Figueiredo Trigueiro, o Sr. Rodrigo de Queiroz Nobrega, representante legal do Instituto de Pesquisa e Promoção Do Desenvolvimento e da Sustentabilidade.  
**Vigência:** 01/10/2024 a 30/09/2025.  
**Valor Total:** R\$ 18.576,00 (dezoito mil e quinhentos e setenta e seis reais)  
**Recursos Financeiros:**

Dotação Orçamentária	FR	Elemento de Despesa
15 452 5188.092275	33.90.39	1.5.00 R\$ 20.000,00

**Data da assinatura:** 01/10/2024

João Pessoa, 01 de outubro de 2024

Rodrigo Fagundes De Figueiredo Trigueiro  
Secretário de Desenvolvimento Urbano



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4EBD-C59B-467E-F261

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RODRIGO FAGUNDES DE FIGUEIREDO TRIGUEIRO (CPF 874.XXX.XXX-15) em 21/10/2024 13:38:55 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/4EBD-C59B-467E-F261>

EXTRATO DE ADITIVO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.026/2023  
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 11.073/2023 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE FEIRA LIVRE NO BAIRRO COLINAS DO SUL MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB.**  
MEMORANDO: 151.155/2024.  
CONTRATANTE: Município de João Pessoa.  
CONTRATADA: **MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.**  
OBJETO: – É objeto do presente Aditivo o acréscimo de serviços em R\$ 122.380,68.  
BASE LEGAL: Lei 8.666/93.  
SIGNATÁRIOS: Rubens Falcão da Silva Neto e Paulo Roberto Patente / MPA CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.

João Pessoa, 15 de outubro de 2024

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário Municipal de Infraestrutura



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C479-B8CA-8D1B-4719

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RUBENS FALCAO DA SILVA NETO (CPF 338.XXX.XXX-87) em 21/10/2024 10:36:41 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/C479-B8CA-8D1B-4719>

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11.092/2024/SEINFRA – DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11.018/2024/SEINFRA – DOC / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.423/2024  
CHAVE: 4W81-WMJH-4S3S-0MIXK  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB  
CONTRATADA: CHB CONTRATOS E NEGÓCIOS LTDA, CNPJ 41.948.354/0001-40  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE ARCONDICIONADO E CORTINAS DE AR, EM COZINHAS COMUNITÁRIAS, LOCALIZADAS EM DIVERSOS BAIRROS, EM JOÃO PESSOA-PB. LOTE 01  
VIGÊNCIA: O prazo contratual decorre de mais 06 (seis) meses após conclusão do prazo de execução.  
VALOR TOTAL: R\$ 34.850,00 (TRINTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)  
Classificação Funcional: 11000.11101.04.122.5001.112041 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS  
Natureza da despesa: 44.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
Fonte de Recursos: 1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos  
Signatários: Rubens Falcão da Silva Neto - PMJP/ Gabriel Ruan Ferrão Chaves – CHB Contratos e Negócios Ltda  
Data da Assinatura: 21 de outubro de 2024  
João Pessoa, 21 de outubro de 2024

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário Municipal de Infraestrutura/PMJP

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11.093/2024/SEINFRA – DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.019/2024/SEINFRA – DOC / PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.330/2024  
CHAVE: 20RI-028A-BTAK-SPPX  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB  
CONTRATADA: U'N ENGENHARIA LTDA, CNPJ 48.393.324/0001-63  
OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE EMPRACAMENTO COM IMPLANTAÇÃO DE QUIOSQUE ADJACENTE A UPA OCEANIA  
VIGÊNCIA: O prazo contratual decorre de mais 6 (seis) meses após conclusão do prazo de execução.  
VALOR TOTAL: R\$ 95.300,00 (Noventa e cinco mil e trezentos reais).  
Classificação Funcional: 11000.11101.04.122.5084.111086 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E RECUPERAÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS  
Natureza da despesa: 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES  
Fonte de Recursos: 1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos  
Signatários: Rubens Falcão da Silva Neto – PMJP/ Ugo Rafael Gonçalves Nobrega - U'N Engenharia Ltda  
Data da Assinatura: 17 de outubro de 2024  
João Pessoa, 17 de outubro de 2024

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário Municipal de Infraestrutura/PMJP

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11.094/2024/SEINFRA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 11.001/2024 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 11.017/2023/SEINFRA – DOC / MEMORANDO INTERNO 113.769/2023  
CHAVE: 459U-Z00Q-5PM5-VIDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB  
CONTRATADA: CORR PLASTIK NORDESTE INDUSTRIAL LTDA, CNPJ Nº 08.984.318/0001-66  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE 19 TUBOS DE PEAD DN 800 NO VALOR TOTAL R\$ 59.930,94 (LOTE 3), para uso em obras de drenagem, no bairro de Esplanada e demais bairros em João Pessoa-PB.  
VIGÊNCIA: O prazo da contratação terá vigência de 12 (doze) meses.  
VALOR TOTAL: R\$ 59.930,94 (CINQUENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E TRINTA REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS).  
Classificação Funcional: 11000.11101.26.782.5146.111072 RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS  
Natureza da despesa: 33.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO  
Fonte de Recursos: 1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos  
Signatários: Rubens Falcão da Silva Neto - PMJP/ Sergio Monteiro - Corr Plastik Nordeste Industrial Ltda  
Data da Assinatura: 17 de outubro de 2024  
João Pessoa, 17 de outubro de 2024

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário Municipal de Infraestrutura/PMJP

**EXTRATO DE CONTRATO** Nº 11.095/2024/SEINFRA – DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.030/2024/SEINFRA – DOC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17.152/2024  
**CHAVE:**E4XG-5RF7-EXAB-L40K  
**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB  
**CONTRATADA:** AGILIS CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 10.893.105/0001-70  
**OBJETO:** EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS DE 33 RUAS NOS BAIRROS: COSTA E SILVA, ERNANI SÁTIRO, ERNESTO GEISEL E OTIZEIRO, EM JOÃO PESSOA – LOTE IX-BN.  
**VIGÊNCIA:** O prazo contratual decorre de mais 6 (seis) meses após conclusão do prazo de execução.  
**VALOR TOTAL:** R\$ 4.800.000,00 (QUATRO MILHÕES E OITOCENTOS MIL REAIS)  
Classificação Funcional: 11000.11101.15.451.5099.111063 SISTEMA VIÁRIO  
Natureza da despesa: 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES  
Fonte de Recursos: 1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos; 1.7.54 – Recursos de Operações de Crédito  
**Signatários:** Rubens Falcão da Silva Neto – PMJP/ Homero Brandão Bittencourt – Agilis Construtora Ltda  
Data da Assinatura: 21 de outubro de 2024  
  
João Pessoa, 21 de outubro de 2024  
  
Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário Municipal de Infraestrutura/PMJP

Assinado por: Rubens Falcão da Silva Neto, em 21/10/2024 às 09:43:59.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/99E2-A6CB-ACBE-0DCA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**Espécie:** Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 24001/2023.  
**Partes:** Município de João Pessoa, por meio da Secretaria Municipal de Habitação Social, e a empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI.  
**Objeto:** A prestação de serviços para ministrar CURSOS PROFISSIONALIZANTES para os beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida.  
**Prazo:** Vigência do Contrato nº 24001/2023 prorrogada pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir de 18/10/2024, vigendo até 18/04/2025, o que perfaz o prazo de vigência contratual total de 18 (dezoito) meses.  
**Data de assinatura:** 16/10/2024.  
**Fundamento Legal:** Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Assinado por: MARIA DO SOCORRO GADELHA CAMPOS DE LIRA, em 21/10/2024 às 09:43:59.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/99E2-A6CB-ACBE-0DCA

MARIA DO SOCORRO GADELHA CAMPOS DE LIRA  
Secretária Municipal de Habitação Social



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 99E2-A6CB-ACBE-0DCA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MARIA DO SOCORRO GADELHA CAMPOS DE LIRA (CPF 251.XXX.XXX-68) em 21/10/2024 09:43:59 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/99E2-A6CB-ACBE-0DCA>

**AVISO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CHAVE CGM:** 00QS-8DDD-8SGE-WT0G  
**APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10.012/2024 PROCESSO ADM. Nº 12.071/2024**

**OBJETO:** Registro de Preços para Aquisição de EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) PARA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa.

A Secretaria de Educação e Cultura do Município de João Pessoa, através do Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, na modalidade pregão eletrônico, cuja sessão pública ocorrerá através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br) BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS. O acolhimento das propostas ocorrerá através do site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), a partir do dia 23/10/2024, às 08h. O fim do recebimento das propostas ocorrerá no dia 05/11/2024, às 08:00 e o início da disputa às 09:00h. A cópia do edital pode ser adquirida pelos sites [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/licitacoes>, a partir de 23 de outubro de 2024.

João Pessoa, 22 de outubro de 2024.

Renan Agostinho de Sousa  
Pregoeiro Oficial/Agente de Contratação  
CSL/SEDEC



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 3130-CEB4-8561-2795

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RENAN AGOSTINHO DE SOUSA (CPF 075.XXX.XXX-08) em 22/10/2024 09:43:10 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/3130-CEB4-8561-2795>

Assinado por: Renan Agostinho de Sousa, em 22/10/2024 às 09:43:10.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/3130-CEB4-8561-2795

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO  
CHAVE: OE0G-LBCK-8GFZ-W0MW

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 26.161/2024  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 13.064/2024

Objeto: Contratação de Serviço Especializado para a realização de Exame de Procedimento PAINEL NGS e Sorotipos de imunodeficiência e Testes alérgenos dando cumprimento à decisão judicial.

Com base nas informações constantes no Processo n.º 26.161/2024, referente à Dispensa de Licitação n.º 13.064/2024, RATIFICO a dispensa de licitação em favor da empresa: LABORATORIO DE PESQUISAS MEDICAS LTDA sob n.º de CNPJ 00.276.970/0001-14, perfazendo o valor total de R\$3.492,00 (três mil e quatrocentos e noventa e dois reais). Para contratação do objeto em referência, com base no inciso IV, art. 71, da Lei n.º 14.133/2021.

João Pessoa-PB, 18 de Outubro de 2024.

LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
Secretário de Saúde



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 2198-1EA5-7B62-8DDC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO (CPF 048.XXX.XXX-89) em 21/10/2024 12:39:52 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2198-1EA5-7B62-8DDC>

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11.026/2024  
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 16.153/2024  
CHAVE CGM: HO2D-REBT-0HT5-BDMM

Modalidade: Concorrência pública nº 11.026/2024  
Tipo: Menor Preço  
OBJETO: Execução dos Serviços de Drenagem e Pavimentação em Paralelepípedo de 24 Ruas Localizadas nos Bairros Cristo Redentor e Alto do Mateus João Pessoa/PB - Lote IV- BN

Tendo transcorrido regulamente o processo licitatório em referência, depois de cumpridas todas as suas fases legais e administrativas com fundamentação na Lei nº 14.133/2021, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo, homologo e adjudico o procedimento desta Concorrência pública, declarando vencedora da licitação a empresa DAUD EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 18.318.752/0001-60 com proposta no valor de R\$ 5.898.000,00 (Cinco milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais).

João Pessoa, 21 de outubro de 2024

Rubens Falcão da Silva Neto  
Secretário de Infraestrutura /PMJP.



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: E5DF-4937-5305-2034

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RUBENS FALCAO DA SILVA NETO (CPF 338.XXX.XXX-87) em 21/10/2024 11:17:00 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E5DF-4937-5305-2034>

TERMO DE ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.179/2023

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/SEDEC, E A EMPRESA RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura - SEDEC, com sede na Rua Diógenes Chianca, 1777 - Água Fria - João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.326/0001-56, neste ato representada pela Secretária de Educação e Cultura, Sra. Maria América Assis de Castro, brasileira, inscrita no CPF nº 308.418.104- 78, portadora da Carteira de Identidade nº 7844817, SSP/PB, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.091.310/0001-21, sediado(a) na AV. Prefeito Severino Bezerra Cabral, 3800, em Campina Grande/PB, telefone: (83) 3321 0874 / 33225314, e-mail: solido.matconst@gmail.com, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Rildo Cavalcanti Fernandes Junior, portador da Carteira de Identidade nº 1343964, expedida pelo(a) SSP PB, e CPF nº 690359404-72, tendo em vista o que consta no Processo 25.805/2024, e em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.078/1990, dos Decretos Municipais nº 7.884/2013 e nº 9.280/2019, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato 10.179/2023 do Pregão Eletrônico 10.022/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo dos itens do contrato, no percentual de 24% (vinte e quatro por cento), conforme quadro abaixo:

ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT. CONTRATUAL	QUANT. DO ADITIVO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL C/ ADITIVO R\$
07	Telha de fibrocimento, ondulado 2,44m x 1,10m x 6mm	Casalit	500	120	R\$ 77,91	R\$48.304,20
13	Manta líquida asfáltica, cor: preta, 18L	Vedacit	50	12	R\$ 276,34	R\$17.133,08
Valor do Contrato:	R\$ 52.772,00 (cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e dois reais).					

Assinado por 1 pessoa: LUIS FERREIRA DE SOUSA FILHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/2198-1EA5-7B62-8DDC e informe o código 2198-1EA5-7B62-8DDC



Assinado por 1 pessoa: RUBENS FALCAO DA SILVA NETO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/E5DF-4937-5305-2034 e informe o código E5DF-4937-5305-2034



Assinado por 1 pessoa: RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/10201-10179-2023 e informe o código 10201-10179-2023



Valor do Aditivo:	RS 12.665,28 (doze mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte e oito centavos)
Valor do contrato com aditivo de 24%:	RS 65.437,28 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas necessárias ao pagamento do contrato decorrerão de:

CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTO	FONTE
10.101.12.361.5417.102498 ESCOLAS	3.3.90.30	500 -Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB 550 - FNDE (Salário-Educação)
10.101.12.365.5417.102682 CMEIs	3.3.90.30	500 -Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo tem fundamento do processo administrativo 25.805/2024, e no artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 10.179/2023, não alteradas pelo presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, o presente aditamento será publicado, na imprensa oficial, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Ficam mantidas as condições de habilitação definidas no Edital, com base na Lei 8.666/93, com toda a documentação jurídico-fiscal da contratada, atualizada, presente nos autos.

CLÁUSULA OITAVA - DA ACEITAÇÃO

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente ADITIVO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO  
CONTRATANTE

RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP  
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: CA31-C2ED-0D2C-849A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR (CNPJ 01.091.310/0001-21) em 16/10/2024 12:57:49 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CA31-C2ED-0D2C-849A>



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 12CE-6870-FF60-91FE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 21/10/2024 09:32:31 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/12CE-6870-FF60-91FE>

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.180/2023

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/SEDEC, E A EMPRESA MADEIREIRA ALVES & CIA LTDA

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura - SEDEC, com sede na Rua Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.326/0001-56, neste ato representada pela Secretária de Educação e Cultura, Sra. Maria América Assis de Castro, brasileira, inscrita no CPF nº 308.418.104- 78, portadora da Carteira de Identidade nº 7844817, SSP/PB, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa MADEIREIRA ALVES & CIA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 35.494.616/0001-40, sediado(a) na Rua Damasco, nº269, Santa Rosa, em Campina Grande/PB, telefone: (83) 3321-3900 / 98737-4482, e-mail: madeireiraalves@hotmail.com, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Sandro Luís Araújo Alves, portador da Carteira de Identidade nº 930.717, e CPF nº 427.871.224-34, tendo em vista o que consta no Processo 25.975/2024, e em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.078/1990, dos Decretos Municipais nº 7.884/2013 e nº 9.280/2019, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato 10.180/2023 do Pregão Eletrônico 10.022/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo dos itens do contrato, no percentual de 24% (vinte e quatro por cento), conforme quadro abaixo:

ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT. CONTRATUAL	QUANT. DO ADITIVO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL C/ ADITIVO R\$
14	Cimento – saco 50 kg	Saco	700	168	RS 35,00	RS 30.380,00
15	Parafuso completo para fixação de telha de fibrocimento, 5/16 x 1,10mm	Und	1000	240	RS 1,47	RS 1.822,80
16	Lança mandíbula para muro, aço galvanizado, kit	Cx	100	24	RS 102,13	RS 12.664,12

Assinado por 1 pessoa: RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/CA31-C2ED-0D2C-849A> e informe o código 88584-3284-47930



	05 metros. Altura da lança: 8 cm.				
Valor do Contrato:	R\$ 36.183,00 (trinta e seis mil, cento e oitenta e três reais)				
Valor do Aditivo:	R\$ 8.683,92 (oito mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos)				
Valor do contrato com aditivo de 24%:	R\$ 44.866,92 (quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e seis reais e noventa e dois centavos)				

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas necessárias ao pagamento do contrato decorrerão de:

CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTO	FONTE
10.101.12.361.5417.102498 ESCOLAS	3.3.90.30	500 -Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB 550 - FNDE (Salário-Educação)
10.101.12.365.5417.102682 CMEIs	3.3.90.30	500 -Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo tem fundamento do processo administrativo 25.975/2024, e no artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 10.180/2023, não alteradas pelo presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, o presente aditamento será publicado, na imprensa oficial, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Ficam mantidas as condições de habilitação definidas no Edital, com base na Lei 8.666/93, com toda a documentação jurídico-fiscal da contratada, atualizada, presente nos autos.

CLÁUSULA OITAVA - DA ACEITAÇÃO

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente ADITIVO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO  
CONTRATANTE

MADEREIRA ALVES & CIA LTDA  
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 5E6E-5B49-3354-4FED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MADEIREIRA ALVES E CIA LTDA (CNPJ 35.494.616/0001-40) em 16/10/2024 15:12:13 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/5E6E-5B49-3354-4FED>



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 26F6-B5C4-3C89-2F0A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 21/10/2024 09:42:32 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/26F6-B5C4-3C89-2F0A>

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.185/2023

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/SEDEC, E A EMPRESA JOSE MIGUEL DOS SANTOS NETO (MILLENIUM LICITAÇÕES)

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, através da Secretaria de Educação e Cultura - SEDEC, com sede na Rua Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ sob o nº 08.778.326/0001-56, neste ato representada pela Secretária de Educação e Cultura, Sra. Maria América Assis de Castro, brasileira, inscrita no CPF nº 308.418.104- 78, portadora da Carteira de Identidade nº 7844817, SSP/PB, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa a JOSE MIGUEL DOS SANTOS NETO (MILLENIUM LICITAÇÕES), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 41.467.016/0001-96, sediado(a) na R. Rio Xingu, Bairro Iburá N 305, em Recife/PE doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Jose Miguel Dos Santos Neto, portador da Carteira de Identidade nº 6374204 SSP PE e CPF nº 051.310.714- 29, tendo em vista o que consta no Processo 25.935/2024, e em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 8.078/1990, dos Decretos Municipais nº 7.884/2013 e nº 9.280/2019, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato 10.185/2023 do Pregão Eletrônico 10.022/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo dos itens do contrato, no percentual de 20% (vinte e quatro por cento), conforme quadro abaixo:

ITEM	PRODUTO	UND.	QUANT. CONTRATUAL	QUANT. DO ADITIVO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL C/ ADITIVO R\$
05	EXCLUSIVO PARA ME/EPP Massa colante AC 1 - saco 20kg	Saco	500	100	R\$ 10,66	R\$6.396,00
09	AMPLA CONCORRÊNCIA A Telha tipo sanduiche, comprimento:3m, espessura: 30mm	Und	400	80	R\$ 508,95	R\$ 203.580,00

Assinado por 1 pessoa: AMERICA ASSIS DE CASTRO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/26F6-B5C4-3C89-2F0A



10	COTA RESERVADA PARA ME/EPP Telha tipo sanduiche, comprimento: 3m, espessura: 30mm	Und	100	20	R\$ 508,95	R\$ 50.895,00
11	EXCLUSIVO PARA ME/EPP Aditivo Impermeabilizante para concreto e argamassa, 18L	Latão	20	04	R\$ 108,00	R\$ 2.160,00
Valor do Contrato:	R\$ 261.965,00 (duzentos e sessenta e um mil, novecentos e sessenta e cinco reais)					
Valor do Aditivo:	R\$ 52.393,00 (cinquenta e dois mil, trezentos e noventa e três reais)					
Valor do contrato com aditivo de 20%:	R\$ 314.358,00 (trezentos e catorze mil, trezentos e cinquenta e oito reais)					

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas necessárias ao pagamento do contrato decorrerão de:

CLASSIFICAÇÃO	ELEMENTO	FONTE
10.101.12.361.5417.102498 ESCOLAS	3.3.90.30	500 -Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB 550 - FNDE (Salário-Educação)
10.101.12.365.5417.102682 CMEIs	3.3.90.30	500 -Recursos não vinculados de impostos 540 – FUNDEB

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo tem fundamento do processo administrativo 25.935/2024, e no artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

As partes contratantes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 10.185/2023, não alteradas pelo presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, o presente aditamento será publicado, na imprensa oficial, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Ficam mantidas as condições de habilitação definidas no Edital, com base na Lei 8.666/93, com toda a documentação jurídico-fiscal da contratada, atualizada, presente nos autos.

CLÁUSULA OITAVA - DA ACEITAÇÃO

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente ADITIVO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

MARIA AMÉRICA ASSIS DE CASTRO  
CONTRATANTE

JOSE MIGUEL DOS SANTOS NETO (MILLENIUM LICITAÇÕES)  
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: CEB9-96B8-6953-B648

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MILLENIUM LICITACOES LTDA (CNPJ 41.467.016/0001-96) VIA PORTADOR JOSE MIGUEL DOS SANTOS NETO (CPF 051.XXX.XXX-29) em 17/10/2024 16:21:50 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/CEB9-96B8-6953-B648>



VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 2BDD-20A2-5EF1-5D8C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ AMÉRICA CASTRO (CPF 308.XXX.XXX-78) em 21/10/2024 15:38:05 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/2BDD-20A2-5EF1-5D8C>

**CIDADE COM  
SOM ALTO,  
EDUCAÇÃO  
LÁ EMBAIXO.**

**SEJA SEMPRE EDUCADO.**

Em casa, na rua, na praia, no trânsito,  
no barzinho ou em qualquer lugar,  
poluição sonora não é legal.  
Ela prejudica a nossa saúde,  
o meio ambiente e é crime.

**SE PRECISAR, DENUNCIE.  
3218.9208**

